

INFORMANDO

Por Lucas Rocha

Mundo do crime e do orgulho (YVES DE LA TAILLE)

A tardia ocupação das comunidades cariocas pela força policial escancarou ainda mais a triste realidade de jovens que enxergam no crime uma opção para ser reconhecido como um ser social



Em novembro de 2010, assistimos à ocupação do Morro do Alemão no Rio de Janeiro realizada por policiais e soldados. Tratava-se de (enfim!) recuperar um território ocupado pelo crime organizado, notadamente por traficantes. O evento foi notícia no mundo inteiro e, no Brasil, recebeu ampla cobertura jornalística com incessantes transmissões televisivas ao vivo. Com raras exceções, a ocupação foi saudada como grande vitória do Estado contra os bandidos - embora julgada tardia -, obteve amplo apoio da população e foi por muitos vista como a vitória do *bem* contra o *mal*.

Entre as várias cenas mostradas pela televisão, chamou-me a atenção aquela, várias vezes reprisada, dos bandidos fugindo em debandada morro acima, morro abaixo.

Por quê? Porque ela se relaciona com a dúvida que, certamente, inquieta a todos: afinal, o que atrai certos jovens a entrar para o que eles mesmos chamam do "mundo do crime" e do qual sabem que raramente se sai vivo?

Vejamos, em primeiro lugar, o que alguns jovens infratores disseram quando de uma pesquisa realizada por Natalia Nogushi, mestre em Psicologia pela USP. Um deles lhe afirmava que *"todo mundo é bandido, sabe?"* Outro acrescentava: *"É sangue bom"*. Outro ainda comentou *"Ele matou delegado, matou polícia, acho que ele já matou um montão de gente, senhora. (...) Por isso ele é considerado. (...) Ah, os outros considera ele, senhora. Falam 'ah, o cara é perigoso, senhora, e tal, tudo (...) É, os cara acha isso dele, né"*. Como não ver nessas afirmações certo orgulho de pertencer ao "mundo do crime"? É justamente esta a opinião do pai de um deles: *"Meu filho acha bonito aparecer como cara perigoso pras comunidades. O que mais estimula ele não é nem o dinheiro, é mais poder aparecer. Mostrar quem é, mostrar que pode, entendeu?"*.

O INDIVÍDUO VAI, DESDE CRIANÇA E A VIDA TODA, ATRÁS DA BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE IMAGENS POSITIVAS DE SI MESMO. MAS ONDE ENCONTRARÁ TAIS IMAGENS?

É também o que estudiosos do fenômeno da violência e do crime nos dizem. Kátia Lund, co-diretora do filme *Cidade de Deus*, julga que jovens entram no mundo do tráfico não pelo dinheiro, mas sim porque *"eles escolhem entre viver um pouco como um rei ou muito como um Zé. Como nós, preferem estabelecer um marco, ser alguém"*. E esse "ser alguém" associa-se à violência, pois, como ainda o diz Kátia *"no tráfico eles percebem que podem ser bons em alguma coisa"*. A Antropóloga Alba Zaluar traz diagnóstico parecido quando afirma que *"esse é um fenômeno que está sendo muito estudado nos EUA e na Europa e diz respeito a homens que têm dificuldade de construir uma imagem positiva de si mesmos. Precisam da admiração e do respeito por meio do medo imposto aos outros. Por isso exibem armas e demonstram crueldade diante do inimigo"*. Os autores do livro *Cabeça de Porco* pensam que muitos jovens procuram o tráfico para escapar da invisibilidade social à qual são, pelo fato de serem pobres, relegados. Escrevem eles: *"a arma é o passaporte para a visibilidade"*.

É óbvio que várias são as razões que podem levar alguém à marginalidade, porém creio que não se deve de forma alguma negar o valor das análises e dos depoimentos acima transcritas, pois são coerentes com um aspecto relevante do processo psicológico de construção de identidade.

Devemos a Alfred Adler a tese segundo a qual uma das motivações centrais do indivíduo é a *expansão de si mesmo* e, logo, nada pior para ele do que julgar-se pessoa de pouco valor. Dito de outra forma, o indivíduo vai, desde criança e a vida toda, atrás da busca da construção de imagens positivas de si mesmo. Mas onde encontrará tais imagens? Naturalmente na sociedade na qual vive e por intermédio do

olhar alheio que o julga positiva ou negativamente. Citemos mais uma vez o que dizem jovens em situação de desamparo social e risco, no caso os chamados meninos (em situação) de rua. Numa pesquisa realizada sob minha orientação há alguns anos em São Paulo, observamos que muitos desses meninos diziam sentir-se humilhados pelo fato de serem desprezados pela sociedade. E eles acrescentavam que lhes parecia haver apenas uma maneira de eles existirem para as outras pessoas: *causando-lhes medo*. Ora, o mesmo deve ocorrer com muitos dos jovens que aceitam ser reunidos pelo "mundo do crime". Nele, eles existem para a sociedade, são manchete, são *alguém*, têm imagem positiva de si próprios, orgulho de si.

Isto posto, voltemos aos acontecimentos cariocas e lembremos da cena da fuga dos presos. Viam-se homens, antes temidos, respeitados, que anunciavam heroica e sangrenta resistência à Polícia, correrem lamentavelmente, humilhados, chamados de covardes, e perderem, portanto, toda (ou parte) da admiração de que eram objeto. É bem provável, muitos jovens que viram a cena começarem a se perguntar se ser *bandido* confere a si próprios a identidade valorativa que buscam.

Se tal pergunta de fato ocorreu, terá sido, penso, uma vitória da invasão do Morro do Alemão. Mas vitória parcial apenas, pois admitindo que estejam privados de uma imagem valorizada, quais outras poderão achar? Quais outras a sociedade lhes oferece? Como o escrevem os autores do livro *Cabeça de Porco*, ao esmagar a autoestima dos jovens a sociedade *"está armando uma bomba relógio contra si mesma"*.

1. **Nogushi, N. & La Taille, Y de (2008). Universo moral de jovens interno da Febem. Cadernos de Pesquisa, v38, n133, pp11-40.**
2. **Citado no livro Cabeça de Porco Ver nota 5.**
3. **Kátia Lund, em entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo, publicada no dia 26 de março de 2006 (p.J4).**
4. **Alaba Zaluar em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, publicada no dia 12 de julho de 2004 (p.A12).**
5. **Soares, Luiz Eduardo, Bill, MV & Athayde, Celso (2005). Cabeça de Porco. Rio de Janeiro: Objetiva.**
6. **Adler Alfred. (1991) Le sens de la vie. Paris Payot.**

Yves de La Taille é Professor Titular do Instituto de Psicologia da USP, autor de, entre outros livros, *Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas* (Artmed, 2006), vencedor do Prêmio Jabuti 2007. *Revista Filosofia*, março de 2011.

Vida Digital - Brincadeira de Criança (2.0) (JACKELIN WERTHEIMER CAVALCANTE)

Até que ponto os fenômenos sociais on-line no mundo das crianças diferem da vida off-line dos adultos?



Em 2004, Martin Lindstrom, consultor da Fortune 500**, já caracterizava as crianças da nossa geração como pessoas mais propensas a ter um amigo no outro lado do mundo do que na própria rua. E em 2010 esse perfil está mais que consolidado. As crianças desta geração já acordam a tuitar um bem-humorado "Bom dia, pessoal! \o/". Muitas checam seus e-mails e os primeiros *twitts* dos amigos em seus smartphones (ou dos pais, caso ainda não tenham ganhado seu primeiro celular com acesso à internet). Suas lições de casa e aquela pesquisa para o trabalho de ciências estão em uma apresentação compartilhada com os amigos da escola no Google Docs. Mas na aula de informática, o computador da escola bloqueia o acesso ao Orkut. Não faz mal: pegando algum sinal wi-fi aberto, as crianças verificam suas fazendinhas do Colheita Feliz pelo celular ou iPod Touch. Em seguida, com a atenção de volta ao computador do laboratório de informática, elas ainda dão um jeitinho de acessar o MSN pelo E buddy*, já que o computador da escola não tem o programa, não permite downloads e nem instalações de novos softwares. Tudo isso para conseguir interagir com os amigos discretamente, sem que a professora note. Na escola, a web é, para essas crianças, a versão 2.0 dos antigos

bilhetinhos de papel, que reinavam nas escolas até o século 20.

Segundo a comScore, 11,9% dos internautas brasileiros possui idades entre 6 e 14 anos. O mesmo relatório aponta ainda que sites de entretenimento, mensageiros instantâneos e redes sociais são os preferidos das crianças e dos adolescentes. E estes passam 60% do tempo total on-line nesses serviços. Já a pesquisa Playground Digital, realizada pela Nickelodeon, analisou mais de 7 mil crianças entre 8 e 14 anos e que viviam em 12 países. Entre eles, o Brasil. Ela revelou que as crianças brasileiras ocupam o segundo lugar do ranking das que mais acessam redes sociais (67%), perdendo apenas para a China (79%).

Mas o que essas plataformas representam para as crianças afinal? Diversão é a palavra-chave.

Segundo o Kids Experts, estudo promovido pela Cartoon Network em 2008, o principal motivo para a utilização assídua das redes sociais pelas crianças é o binômio diversão e distração. O segundo fator mais influente, por sua vez, é a facilidade de expressão que esses canais representam. A pesquisa revela que a comunicação passa a ser uma necessidade primordial para crianças a partir dos 12 anos. A essa altura, elas já dominam todo tipo de ferramenta de comunicação on-line. Nas redes sociais, as crianças têm em média 23 amigos que nem sequer moram na mesma cidade e duas em cada cinco trocam conteúdos on-line. As redes sociais estão assumindo o papel de ponto de encontro dos grupos de identificação das crianças.

***Fortune500** » Tradicional revista de negócios fundada em 1930, no contexto da crise da Bolsa de Nova York, a Fortune é publicada pela Time Inc. A Fortune 500 é uma edição especial, que traz um ranking com as maiores companhias dos EUA.

***Ebuddy**» Serviço de internet que permite ao usuário acessar *instant messengers*, como o MSN Messenger ou o Yahoo! Messenger, sem necessitar instalar o programa em um computador. Outro serviço nessa linha é o Meebo.

GERAÇÃO DIGITAL

Esta nova geração, que possui uma peculiar relação com seu tempo e espaço, tem sido chamada de *digital natives*. Esse termo denomina todas essas crianças, cuja utilização de tecnologias está completamente integrada à vida: elas cresceram sempre – ou ao menos constantemente – conectadas. Essas crianças diferem até de jovens um pouco mais velhos, pois não precisaram aprender como ser “on-line”: já nasceram conectadas e completamente cercadas dessas novas mídias e tecnologias. Os *digital natives* estão inseridos em uma nova cultura em que a identidade é construída a partir de gostos e informações compartilhadas em grupos ou comunidades virtuais. Sua popularidade é pautada pela quantidade de amigos virtuais, *gadgets* que possuem (bem como sua tecnologia) e placares nos jogos em rede.

Para eles, o compartilhamento de informações, arquivos, dados, mensagens instantâneas e até mesmo aos jogos virtuais são a maior parte da diversão entre amigos. Grupos ou comunidades nas mais diversas plataformas de sites de relacionamento são lugares onde alegria e divertimento são os únicos e absolutos mandamentos. Essas plataformas podem ser comparadas a pequenos Estados virtuais, “feitas sob medida para indivíduos que querem monitorar e administrar seu estar juntos”, segundo o sociólogo polonês Zigmunt Bauman. Eles são regidos por suas próprias leis e normas de boa educação e convivência, muitas vezes construindo até um vocabulário próprio. Não é novidade ver pessoas comunicando-se por meio de *hashtags* populares ou utilizando termos como “minha internet está baleiando. #EpicFail!” ou “vou dar um unfollow nessa pessoa” para se comunicar pessoalmente, isto é, no “mundo off-line”.

Adotar e seguir determinadas formas de linguagem e comportamento é o preço para entrar para essa comunidade. Não obstante, ela é uma eficiente válvula de escape para a realidade cotidiana em que estas crianças estão inseridas. Esta foi uma das constatações do Kids Experts ao pesquisar a relação dos *digital natives* com as diversas tecnologias que utilizam. Inseguranças, cobranças, violência e diversos outros problemas de gente grande que os afligem podem, em tese, ser eliminados das plataformas de redes sociais de maneira simples e rápida.

A comunidade virtual é, pelo menos a princípio, segura e divertida. Trata-se de um ambiente para entretenimento, produção e compartilhamento de conteúdo colaborativo. Devido a uma suposta facilidade de monitoramento do conteúdo, quem não se comportar adequadamente deve ser prontamente punido, colocado na linha e, em casos mais extremos, excluído.

QUESTÃO DE SEGURANÇA

Entretanto, devido ao crescimento exponencial do número de usuários, e do gigantesco fluxo de dados compartilhados, a vigilância absoluta torna-se impraticável até mesmo para os gigantes da web, como o Google (vide os inúmeros processos judiciais contra a empresa devido ao conteúdo veiculado em suas diversas plataformas e redes sociais). As discussões sobre segurança na web não são recentes e, com o advento das redes sociais, tem se aprofundado ainda mais. A figura do pedófilo, por exemplo, já se tornou comum. Trata-se de um medo que assola o ambiente on-line contemporâneo. Políticas públicas já procuram coibir sua ação.

Uma pesquisa realizada pela ONG Plan Brasil, juntamente com a entidade Parceria para a Proteção da Criança e do Adolescente (CPP, em inglês), indica que 79% das meninas brasileiras com idades entre 10 e 14 anos não se sentem seguras ao acessar a internet. Os motivos para o temor são variados: de roubo de senhas das comunidades on-line a violência sexual. Uma menina de 12 anos, participante do painel de pesquisa em questão afirmou: “O problema não é a informação que você posta, são as pessoas que você acumula ao seu redor: amigos ou estranhos.” Os *fakes*, isto é, perfis falsos em comunidades on-line, são temidos. Não se sabe se eles são pedófilos, piratas da web ou se estão lá apenas para distribuir *malwares* por meio de *spams*. O medo da violência torna-se cada vez mais generalizado e

compartilhado nas diversas plataformas on-line.

Scraps coloridos e com muitos links, no Orkut, por exemplo, já são temidos. Mesmo sem estudos ou estatísticas a respeito, a sensação de muitos usuários de redes sociais é de que eles são disparados por perfis de pessoas menos escolarizadas, ou com menos acesso à informação. Por isso, várias crianças migram para redes sociais que possam supostamente oferecer maior segurança, como o Facebook e o Twitter, seja por conta própria, seja por insistência dos pais ou irmãos mais velhos. É uma forma de, em vez de administrar a competição social e integrar a todos em instituições comuns, “comprar a proteção”. É como se a comunidade virtual passasse a ser definida mais por suas fronteiras vigiadas que por seu conteúdo, que deveria ser sua essência primordial. Algumas escolas particulares paulistanas já chegaram até a incluir disciplinas como “Ética e Cidadania Digital” em sua grade curricular para ensinar seus alunos de Ensino Fundamental a se proteger de eventuais pessoas de má fé em redes sociais.

Vale salientar que a maioria dos sites de relacionamento é destinada exclusivamente a maiores de 18 anos. Apesar de existirem as redes sociais exclusivas para crianças, como a NeoPets e a CosmoPax, elas sentem-se livres para criar perfis e utilizar todas as outras: basta mentir a idade. Trata-se de um comportamento comum em nossa sociedade, uma vez que crianças a partir dos 13 anos frequentemente falsificam documento para entrar em casas noturnas que atenderiam apenas maiores de 18 anos.

MUNDO REAL, MUNDO VIRTUAL

Valores como a política da honestidade, a lei e ordem são frequentemente esquecidos no mundo off-line. E também são desrespeitados nas plataformas on-line, simulacros compulsórios da vida social real. Em seus estudos da sociedade capitalista moderna, **Alain Peyrefitte*** chegou à conclusão de que sua característica mais importante é a confiança em si, nos outros e nas instituições. Bauman afirma que podemos “descrever a moderna construção da ordem como um esforço contínuo de implantar fundações institucionais da confiança”. Pierre Bourdieu, por sua vez, defende a ligação entre o colapso da confiança e o enfraquecimento da vontade de engajamento. E nada mais é difícil que estabelecer uma relação de confiança e engajamento com plataformas que estão continuamente passando por processos de “reengenheirização” e imitação das inovações promovidas por outras redes sociais. E esse processo também ocorre simultaneamente nas próprias empresas que as disponibilizam. Por isso, a sensação de insegurança e anseio pela mudança também acontece com os adultos que nelas trabalham.

Extremamente superprotegidas nos mundos físico e virtual, as crianças ficam impedidas de se mover: restringem-se ao circuito de suas casas, escolas e (quicá) clubes. É uma tendência descrita pela pesquisadora de marketing Faith Popcorn, o encasulamento, causado pela obsessão por segurança. As crianças, fortemente influenciadas e controladas pelos adultos que as rodeiam, passam cada vez mais tempo em suas casas e condomínios. Estes são lugares isolados, herméticos e seguros, sem tanta influência do caótico mundo exterior. Tal processo causa uma verdadeira confusão mental para os *Digital natives* que, apesar de participarem de uma fluida realidade virtual completamente globalizada, permanecem pessoas “locais”, uma vez que mal saem de seus bairros.

Esta dúvida também existe nos adultos contemporâneos à era digital. Eles trabalham em empresas locais, de capital global (e vice-versa), que estão continuamente tentando adaptar-se à realidade da sociedade da informação. São pessoas cada vez menos engajadas e mais desconfiadas, que se encasulam em pequenos e modernos apartamentos, vivendo a realidade dos grandes centros urbanos. Convivem com a insegurança em paralelo à sensação de contínuo monitoramento e perda da privacidade. É fazer check-in no **Foursquare*** ao entrar na própria casa, ao final de um dia de trabalho ou de uma manhã na escola.

* **Alain Peyrefitte**» Ensaísta e diplomata francês, Alain Peyrefitte (1925–1999) estudou na École Nationale d'Administration, foi ministro da Educação da França e membro da Academia Francesa. É autor do livro *A sociedade da confiança* (1995).

* **Foursquare**» Aplicativo de localização, no qual o usuário informa para sua rede de amigos no Twitter ou Facebook onde você se encontra, procedimento denominado de check-in. O usuário escolhe se deseja tornar pública ou não sua localização.

Para entender a linguagem na rede

\o/ » Emoticon, isto é, símbolo que representa uma pessoa levantando os braços efusivamente em sinal de alegria.

Hashtag » Ferramenta de tagging do Twitter. Ao adicionar o símbolo # (hash, em inglês), a palavra torna-se uma tag, isto é, uma categoria de assunto autorreferente. Isso permite uma busca por todos twitts que citem o assunto referido pela hashtag.

Baleiar » Verbo/neologismo que faz alusão à baleia que surge na tela do Twitter sempre que o servidor da rede social apresenta instabilidades.

#EpicFail » Hashtag muito popular no Twitter, que denota um grande fiasco.

Unfollow/ dar unfollow » Deixar de seguir determinado usuário do Twitter. No caso do uso da expressão no mundo off-line, quer dizer deixar de ouvir, dar importância ou até mesmo cortar relações com alguém.

Gadgets » Dispositivos ou aparelhos tecnológicos.

Malwares » Softwares maliciosos, como vírus e trojans, que se instalam no computador para causar danos ou roubar informações em geral.

Encasulamento » Termo cunhado pela estudiosa de marketing Faith Popcorn. Define a tendência do consumidor contemporâneo a desejar permanecer em casa, transformando-a em um "casulo" confortável, capaz de proteger das ameaças do mundo exterior.

REFERÊNCIAS

AGUIARI, Vinicius. **Crianças usam 60% do tempo online em redes** In: Portal Exame. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/criancas-usam-60-tempo-online-redes-sociais-574627>>. Acesso em: 18/12/2010 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANUNCIANTES. Revista da ABA. n. 15, ano 13, agosto. 2009. p. 26-29.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. DIGITAL NATIVES. Blog disponível em <<http://blogs.law.harvard.edu/digitalnatives/about/>>. Acesso em: 18/12/2010

MOTA, M. Crianças online: **A internet não é mais coisa (só) para gente grande**. In: Meio Digital. n 10, maio/junho 2009. p.41-47. **Revista Sociologia, março de 2011.**

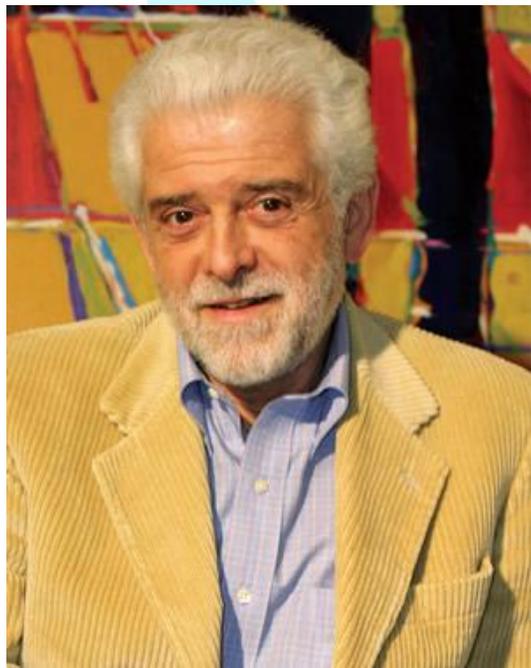


Renato Janine Ribeiro é professor titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo
www.renatojanine.pro.br
Revista Filosofia, março de 2011

FLÁVIO GIKOVATE

Dose diária de terapia (ROBETO LOPES / Fotos: NIRLEY SENA)

Psiquiatra brasileiro de maior sucesso na mídia, Flávio Gikovate defende a prescrição de medicamentos, mas critica a propaganda da doença. Faz a análise do comportamento humano de forma objetiva e alerta que o internauta não pode deixar de ter segredos



Aos 68 anos incompletos - e uma carreira de quase 45 -, o psicoterapeuta paulistano Flávio Gikovate guardou de sua participação na novela *Passione*, da Rede Globo, onde interpretou a ele mesmo, uma lembrança inesquecível. "Não faço nunca mais uma coisa dessas", diz, em voz baixa (que insinua certa vergonha), "fiz porque sou muito amigo do Silvío [de Abreu, autor da trama televisiva], mas foi a última vez". E, diante do olhar interrogativo de seu interlocutor, completa: "eu não consigo decorar minhas falas!" Gikovate parece indignado consigo mesmo. Afinal, trata-se do especialista em Saúde Mental brasileiro mais bem-sucedido na mídia de que se tem notícia.

Formado em Psiquiatria no meio da década de 1960, com apenas 11 anos de profissão ele já obtivera reconhecimento para tornar-se articulista da revista *Capricho* - "meu pai, que também era médico, ficou decepcionadíssimo", ironiza. De lá para cá, seu talento para a comunicação só cresceu. Autor de 30 livros - quase 1 milhão de exemplares vendidos -, ele passou 15 anos como colunista da revista *Cláudia*, dirigiu por dois anos um programa de tevê na Rede Bandeirantes, e até frequentou, por outros dois, as dependências do Sport Club Corinthians Paulista, onde se valia de sua técnica para aconselhar os marmanjos do time de futebol. Atualmente, seu programa de rádio *No Divã do Gikovate*, transmitido pela CBN ao anoitecer do domingo, recebe 300 solicitações de consulta/ mês, por e-mail. A cada uma das mensagens selecionadas para ser respondida, o especialista dispensa não mais do que três minutos de seu conhecimento - e a fórmula já provou ser bem-sucedida. "Sei de gente que programa a volta da praia, ou do sítio, para o final da tarde do domingo, só para viajar ouvindo o meu programa". Segundo Gikovate, a CBN estima seu público dominical em 100 mil pessoas. Na tarde da quinta-feira, 13 de janeiro, o

Twitter mostrava que o psicoterapeuta era seguido por nada menos do que 16.214 twitteiros, legião que o deixa indisfarçavelmente orgulhoso. Sua inegável popularidade o mantém protagonista de uma rotina profissional, recheada por 50 consultas/mês. Psique Ciência & Vida ouviu Flávio Gikovate por mais de uma hora, em seu consultório de linhas retas e despojadas - à base de concreto aparente, aço e estofados de couro - em um ponto elegante da capital paulista. Eis os principais trechos dessa conversa:

Três Minutos na rádio são suficientes para você proporcionar uma consulta de boa densidade?

Gikovate: Dá tempo para um palpite razoável, alimentado pela experiência que tenho. Mas percebo que a soma geral das minhas respostas ajuda bastante os ouvintes. Muita gente me escreve dizendo isso. Entre os médicos psiquiatras com acesso à mídia, sou o mais constante e regular. Há também muitas menções, de parte do público, àquilo que coloco no Twitter. Sou muito disciplinado nesse trabalho, e acabo fornecendo o que poderíamos chamar de uma dose diária de terapia.

Assim como eram feitos com os e-mails, você parou com as consultas por e-mail?

Gikovate: Tive que parar. Cheguei a ter 6 mil e-mails respondidos no site. Mas algum invejoso representou junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM), dizendo que as pessoas que me consultavam expunham os seus e-mails e, portanto, as suas identidades na rede, e o CRM pediu que eu tirasse esse atendimento do ar. Foi pura inveja, mas não posso fazer nada. Na nossa área ninguém gosta de ninguém.

O psicanalista José Ângelo Gaiarsa, recentemente falecido, era um conhecido Reichiano; o Dr. Jorge Forbes, seu colega, é tido como um dos maiores especialistas em Lacan do país. O senhor identifica suas convicções profissionais com alguma corrente?

Gikovate: Não. Apenas tenho uma formação psicanalítica forte, conheço bem os fármacos que preciso receitar, mas prezo, sobretudo, a minha formação eclética. Leio e gosto muito de Sociologia e de Filosofia. Zelo bastante os raciocínios interdisciplinares que esses estudos me permitem fazer. E adoro o fato de não ser membro de clube ou de sociedade alguma.

Mas o senhor deve ter preferências...

Gikovate: Tenho, claro. Gosto muito de Adler [Alfred Adler, austríaco que impulsionou a clínica psiquiátrica no primeiro terço do século 20], e de pessoas que sabem formular como Karin Horn, autora de Autoanálise, que nos observa que o desejo, que impulsiona o consumo, é de direita.

Encontro psicanalistas famosos que, mesmo habilitados a fazê-lo, se recusam a prescrever medicações, e que advertem de maneira muito enérgica contra o uso exagerado de remédios, especialmente aqueles que visam a acalmar o paciente...

Gikovate: Só posso interpretar esse posicionamento como um preconceito. Eu prescrevo medicação, e não tenho dúvidas de que elas são necessárias. Se eu tiver de escolher entre manter o meu paciente que apresenta uma agitação indesejável a salvo das fórmulas farmacêuticas, e mantê-lo equilibrado por meio de um remédio, vou optar por prescrever-lhe um Lexotan, claro. Muitos colegas não receitam, mas encaminham os pacientes para amigos deles, que receitam. Não querem "sujar" os dedos. Eu "sujo" a mão. Vejo aí certa hipocrisia ou, o que é pior, uma incapacidade de prescrever o tratamento adequado. Não fazem porque não sabem fazer.

Isso é tão comum assim?

Gikovate: Não sei se é comum, mas existe. Há especialistas que, por despreparo, deixam de empregar as técnicas comportamentais adequadas ao tratamento de certas fobias...

Por exemplo.

Gikovate: Um exemplo dessas técnicas comportamentais? As estratégias progressivas que empregam o relaxamento muscular associado a fantasias. Acabamos criando diversas simulações que nos permitem equacionar a fobia de um paciente por baratas, ou por avião, e outras. O segredo é você ir aproximando o paciente, paulatinamente, do elemento que o amedronta.

Muitos colegas não receitam medicamentos, mas encaminham os pacientes para amigos deles, que receitam. Não querem 'sujar' os dedos. Eu 'sujo' a mão

Dados oficiais do Ministério da Saúde e vários especialistas da área da Saúde Mental alertam para a expansão da depressão na sociedade brasileira, e de enfermidades reforçadas por algum elemento depressivo. O senhor concorda com isso? Acha que o aumento da depressão tem a ver com a modernidade?

Gikovate: Acho que há um aumento da depressão sim, mas por dois motivos bem claros. Em primeiro lugar, a melhora no diagnóstico. A indústria farmacêutica e a indústria da Medicina tiveram muito a ver com isso. Elas fizeram uma mudança estratégica bastante importante: em vez de fazerem a propaganda da doença

para os médicos, passaram a fazer a propaganda da doença para o público em geral. O maior sinal disso foi o sucesso do Prozac, há pouco mais de 20 anos. Depois, essa propaganda passou a elencar nove sintomas característicos da depressão: insônia, enxaqueca, irritabilidade, fragilidade emocional acentuada, perda de apetite, prisão de ventre e outras. Quem apresentasse ao menos cinco desses sintomas, devia se considerar com depressão. O resultado disso é que o afluxo de pacientes depressivos aos consultórios aumentou muito. E é preciso dizer: essa mudança de estratégia ajudou mesmo os médicos a constatarem a depressão...

Você falou em dois motivos. Qual foi o segundo?

Gikovate: Acho que aí entra a contemporaneidade. Nosso mundo moderno apresenta fatores que alteram aquilo que poderíamos considerar como qualidade de vida. Quero dizer que há mais divórcios, mais pessoas sozinhas, um aumento da longevidade, o esfacelamento na relação entre irmãos, maior exigência de competitividade na carreira e na vida afetiva, a pessoa se sente diminuída por não ter posição apreciável no ambiente de trabalho, a redução dos vínculos de amizade, a explosão do Facebook, que em certos casos pode acarretar o fim da intimidade. Nesse mundo da web não existe mais o segredo, que é algo utilíssimo para definirmos nosso amigo de verdade, o amigo íntimo, ou aquele que, tradicionalmente, é chamado de "o melhor amigo". É preciso estar alerta: o segredo funciona como um amálgama; ele une as pessoas.

No fundo, o que existe não é uma exacerbação da individualidade?

Gikovate: Sem dúvida. Quando vou aos Estados Unidos, vejo muitos casais na rua, de mãos dadas, cada um deles falando ao celular com um amigo, ou amiga...

E você nota essa preocupação com o individual também entre seus pacientes mais idosos? Aliás, o aumento da longevidade trouxe à sua clínica um número maior dessas pessoas? Pessoas acima dos 50 ou dos 60 anos que estão preocupadas em recomeçar profissionalmente, ou se preparar para uma vida mais longa?

Gikovate: Eu não saberia dizer o que vai acontecer a eles em termos de trabalho, mas percebo, sim, que eles sonham um pouco menos com a aposentadoria. Volte para uma nova entrevista daqui a dois anos, talvez eu esteja mais preparado para lhe responder.

E quanto à visão que eles têm do futuro, ou dessa extensão em suas vidas...

Gikovate: Há reações embrionárias a esse aumento da longevidade que me chamam, mesmo, a atenção. Nos Estados Unidos isso é chamado de "simplicidade voluntária", uma tendência que, em um prazo de dois ou três anos, pode experimentar um crescimento exponencial.

E essa tendência se caracteriza pelo quê?

Gikovate: Por uma revolta contra o mundo competitivo, consumista. Essas pessoas parecem estar optando por uma etapa final da vida em bases mais simples, o que implica dizer: com uma diminuição dos bens materiais. E mesmo as mulheres estão contribuindo com essa tendência pela vida mais simples. Esses grupos parecem privilegiar outra coisa: a qualidade de vida. É a isso que se dá o nome de "simplicidade voluntária".

Voltando ao comportamento da sociedade brasileira. Você nota um aumento do medo, derivado da insegurança nas ruas?

Gikovate: Sem dúvida alguma. Eu diria, aliás, que há certos medos que me parecem ter parado de crescer: o medo de elevador, de avião, de multidões. Mas os medos de assalto ou de sequestro, estes são notórios. A verdade é que não são os únicos. Um medo que é muito pouco falado, mas em minha opinião cresce bastante, é o medo do médico...

Do Médico?

Gikovate: Isso mesmo. Em minha opinião, o médico deixou de ser o profissional mensageiro da cura, ou da esperança, ele já não apazigua; ele assusta. E atribuo isso a um efeito claramente maléfico da propaganda, tanto da feita pela indústria da Medicina quanto a da indústria dos fármacos. Essa propaganda exacerba a divulgação das enfermidades que mais aterrorizam, como o câncer da próstata, entre os homens. Estou convencido de que doença nenhuma é tão perigosa quanto a propaganda que é feita sobre ela.

Você mantém sua disposição de lutar para fazer prevalecer a sua tese de que amor e sexo são coisas diferentes?

Gikovate: Nisso talvez esteja a maior divergência que mantenho com muitos de meus colegas. Para mim, sexo é um assunto, amor é outro. Discordo daqueles que consideram amor e sexo um mesmo impulso. Amor é o sentimento que os recém-nascidos experimentam no colo da mãe, com a sensação de algo interpessoal, caracterizado pela paz, o aconchego. Sexo é o fenômeno que se manifesta entre o final do primeiro ano e o início do segundo ano de vida do ser humano, aquilo que, pelo toque, o excita, e, obviamente, não é paz. Considero "fazer amor" uma expressão lamentável. Para mim, sexo tem muito mais compromisso com a agressividade. E isso é facilmente constatável pelo vocabulário que as pessoas usam ao manter um

relacionamento sexual, pelos ruídos que emitem. Mais: é preciso dizer que isso tem razões evolucionistas. A História demonstra que os machos mais agressivos foram os que mais copularam. Mas hoje vou além: acho que o amor tem problemas para se juntar à sexualidade. Especialmente no caso dos homens.

Ouço especialistas que me dizem que o par perfeito é o formado por pessoas parecidas, e outros que me garantem: o casal perfeito é o formado por pessoas diferentes, que se completam...

Gikovate: Não vá pelos últimos. A harmonia só pode existir entre pessoas parecidas, não entre os opostos. Os opostos se atraem, é possível até que isso seja verdade, mas costumo dizer: eles se atraem, mas não combinam. Normalmente, quando recebo um paciente que me define sua relação com o outro como "chata", é porque todos os qualificativos que ele usa para desqualificar o parceiro definem a sua própria pessoa...

Revista Psique, março de 2011.

Adolescente que conhece suas origens é agente político

Música, poesia e desenhos de alunos de escolas públicas podem torná-los sujeitos políticos da sociedade - Ag. USP

NAS SALAS DE AULA de uma escola pública em São Paulo, os alunos não são ensinados a relacionar o conteúdo dos livros à história de sua própria comunidade. Por conta disso, não se sentem pertencentes à humanidade, facilitando a aceitação de rótulos e estigmas como o de "favelado qualquer". Apesar disso, uma pesquisa realizada na Faculdade de Educação (FE) da USP demonstrou o quanto é possível mudar esse quadro utilizando o que é produzido cotidianamente pelos estudantes, como a música, a poesia e os desenhos, para que eles mesmos identifiquem os elos com seus antepassados. Ao fazerem isso, são capazes de se afirmarem como verdadeiros sujeitos políticos "da sociedade" e "na sociedade".

A psicanalista Maíra Ferreira, autora da dissertação *A rima na escola, o verso na história: um estudo sobre a criação poética e a afirmação étnico-social em jovens de uma escola pública de São Paulo*, aponta a escravidão como a "barbárie brasileira", cujas consequências ainda subjulgam a sociedade, principalmente quando o assunto é pobreza, discriminação e afirmação étnico-social. Com esse olhar, ela estudou durante dois anos uma turma de 30 alunos, amantes do rap, da sétima série de uma escola pública da favela Real Parque, localizada no Morumbi. De 2 a 3 vezes por semana, observava os alunos, conversava com eles e, junto a alguns professores, passou a intervir em sala de aula.

No início de seu trabalho na escola, a psicanalista percebeu que nos tempos vagos entre as aulas, algo comum no dia-a-dia das escolas públicas em todo o Brasil, os adolescentes rimavam, improvisavam e desenhavam com muita facilidade, demonstrando a capacidade crítica inclusive com os temas escolhidos em suas artes. Além disso, o dom da oralidade também chamou atenção da pesquisadora. Contudo, ao mesmo tempo em que apresentavam tão rica manifestação cultural, recusavam suas origens no ambiente escolar.

Segundo Maíra, essa recusa denuncia a "presença e permanência de políticas discriminatórias brasileiras desde a época dos cativeiros". A escola, ao não reconhecer e contextualizar a importância da história da comunidade que atende, e não relacioná-la com o presente dos alunos, "perpetua a formação social e cultural do preconceito brasileiro".

O Nordeste e o Hip Hop

Na sala de aula, a pesquisadora mostrou aos alunos as relações entre a capacidade de rimar e improvisar do rap, um dos elementos do Hip Hop, e as produções culturais do cordel e dos repentes nordestinos. Tratando-se da Favela Real Parque, os estudantes são herdeiros culturais das famílias afro-brasileiras e indígenas Pankararu, oriundas do sertão de Pernambuco, que migraram a partir da década de 1950 para São Paulo principalmente para trabalharem na construção do Estádio do Morumbi.

Em busca dessas evidências de relação entre culturas, Maíra viajou para o Nordeste, para a região do Brejo dos Padres em Pernambuco, onde pesquisou o cordel e os repentes sertanejos como a cantoria de viola e o coco de embolada, expressões claras da tradição da oralidade, tão marcante no rap dos estudantes. Com uma filmadora na mão Maíra andou pelas ruas nordestinas ouvindo e gravando declamações espontâneas: improvisos poéticos de farmacêutico, sapateiro, manicure, dentista, padre, crianças e idosos. "Em uma cidade chamada São José do Egito (PE) ouvi o seguinte ditado: Aqui quem não é poeta é louco e quem é louco faz poesia", disse a pesquisadora.

Segundo a psicanalista, mesmo diante da violência social, a miscigenação étnico-social brasileira apresenta sua resistência: "das rodas de jongos e capoeira aos improvisos dos repentes e do rap está o movimento de resistência, apropriação e criatividade frente às políticas de discriminação existentes desde a escravidão". Essa constatação é a prova de que durante a história do País não houve aniquilação da cultura dos povos que sofreram com tais políticas, e sim recombinação, reinvenção, recriação, ou seja, está aí um outro tipo de "marca humana" - no caso, o desejo de construir e não o de destruir.

Contudo, a "atualidade da escravidão brasileira" ainda aparece no cotidiano do brasileiro. De acordo com a pesquisadora, "a formação social brasileira está longe de elaborar e superar esse trauma que permeia as instituições de ensino e os espaços jurídicos do País". Para isso, é essencial e possível ensinar aos alunos que eles podem e devem "atualizar as suas tradições" a fim de se apropriarem do passado, para construir seus projetos futuros. Aliás, um dos alunos traduziu muito bem o pensamento de Maira: "Já sei, professora. É pegar carona na tradição".

A dissertação foi defendida no dia 4 de agosto de 2010, orientada pela professora Mônica do Amaral, e pode ser acessada em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30082010-102212/pt-br.php>

Revista Sociologia, março de 2011.

Vias internas (EDUARDO SHINYASHIKI) - Qual o valor da comunicação dentro das empresas? Ela envolve um comportamento além de um conteúdo? Quanto influencia o aspecto relacional no sucesso da comunicação?

A palavra é um poderoso soberano, que, com um pequeníssimo e muito invisível corpo, realiza empreendimentos absolutamente divinos. Com efeito, pode eliminar o temor, suprimir a tristeza, infundir alegria, aumentar a compaixão. Esta (a palavra) infunde nos ouvintes um estremecimento repleto de temor, uma compaixão repleta de lágrimas e uma saudade próxima da dor, de forma que a alma experimenta, mediante a palavra, uma paixão própria, motivada pela felicidade e a adversidade de assuntos e de pessoas estranhas. As sugestões inspiradas mediante a palavra produzem prazer e afastam a dor. A força da sugestão, apropriando-se da opinião da alma, domina-a, convence-a e transforma-a como que por uma fascinação. "...

Elogio a Helena (Górgias – Retórico e orador 485-375 a.C.)

Este belíssimo texto foi a base de uma reunião com um grupo de líderes de uma empresa com quem estava desenvolvendo um programa para melhorar a comunicação interna. Tanto se fala sobre a importância de tal comunicação para a melhoria do ambiente de trabalho e da produtividade, mas, afinal, qual a razão disso? Qual a real influência de uma boa comunicação interna de uma empresa em seus resultados e relacionamentos? A comunicação é o elemento catalisador da criação dos contextos necessários para atingir os resultados estabelecidos. Muitas vezes na dinâmica da comunicação não entendemos plenamente as motivações do destinatário e não conhecemos a sua capacidade de elaborar a informação recebida.

Acontece que a comunicação interpessoal não é uma simples passagem de dados, fenômeno mecânico entre estímulo e resposta. É uma troca de conhecimentos, informações, emoções entre as pessoas envolvidas. Necessita da possibilidade de quem transmite a mensagem também a receba, e vice-versa, criando uma troca comunicativa que envolve elementos não mensuráveis como a emoção, a empatia, a experiência pessoal, evidenciando a complexidade dos elementos envolvidos na relação entre comunicador, mensagem e destinatário.

Existem algumas "patologias da comunicação" que produzem "interações patológicas" entre as pessoas. As mais presentes no contexto empresarial são ligadas às diferenças pessoais e culturais dos indivíduos, às crenças, hábitos, graus de autoconhecimento, falta de tempo, omissão de informações e à dificuldade dos colaboradores em se comunicar abertamente com os líderes e vice-versa.

A COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL NÃO É UMA SIMPLES PASSAGEM DE DADOS, FENÔMENO MECÂNICO ENTRE ESTÍMULO E RESPOSTA. É UMA TROCA DE CONHECIMENTOS

O problema consiste em, por exemplo, comunicar o que está acontecendo na equipe ou na empresa, na transmissão de informações distorcidas, e até mesmo na dificuldade dos líderes em criar um espaço de confiança que permita dispor de informações importantes e verídicas para o bom andamento da empresa.

Nos últimos 20 anos, uma nova sensibilidade vem crescendo no contexto empresarial, correspondente aos novos cenários, às novas realidades e exigências dentro das organizações. Esta tem ligação com o fator humano, a valorização do potencial, dos valores, dos relacionamentos interpessoais, do trabalho em equipe, do indivíduo como um todo, com as suas diversidades e semelhanças. A consequência disso é que a comunicação interpessoal vem ganhando maior atenção de empresários, gestores e até mesmo colaboradores. O significado da comunicação pode ser diferente para cada pessoa. Uma palavra pode ter conotações diferentes para cada um. Isso cria os milagres e os traumas da comunicação, o prazer e a dificuldade de comunicar, cria distância ou aproximação, pois os seres humanos têm elementos em comum, mas também uma profunda diversidade e autonomia.

A nossa reflexão se concentra na importância de desenvolver plena consciência que o destinatário da nossa comunicação é um protagonista ativo, que verifica e interpreta os conteúdos da mensagem, que pode aceitá-la ou rejeitá-la, e que somos diferentes mesmo na comunhão de objetivos.

Sei que é fácil dizer que a comunicação nas empresas é uma das ferramentas importantes para o sucesso, e que há uma grande dificuldade em colocá-la em prática. Porém, a atenção e a reflexão sobre este aspecto é fundamental para a solução de situações aparentemente insuperáveis. Por meio da comunicação, e não somente no meio empresarial, podemos influenciar os cenários e a realidade, criando, assim, o futuro que escolhemos.

Eduardo Shinyashiki – Consultor organizacional, escritor e especialista em desenvolvimento das Competências de Liderança e Preparação de Equipes. Especializado em Preparação Psicológica de Equipes de Alto Rendimento com o dr. Octavio Rivas Solis. Leitura Corporal com o dr. José Ângelo Gaiarsa. www.edushin.com.br - Revista *Psique*, março de 2011.

“Sou uma artista, mas estou ministra” (PABLO CLAUDINO)

Ana de Hollanda pretende usar a experiência e o diálogo para promover mudanças



Nascida em uma família ligada à vida artística, política e intelectual, Anna Maria Buarque de Hollanda – ou Ana de Hollanda – estreou nos palcos ainda jovem, aos 16 anos. Naquele ano, em 1964, enquanto participava do coro, ao lado de suas irmãs Cristina e Maria do Carmo – a Piií –, no show *Primeira Audição*, de seu irmão Chico, não imaginava que um dia teria em suas mãos o destino das políticas culturais do Brasil. Sem nunca abrir mão da carreira musical, Ana transitou em várias áreas da atividade cultural, como literatura, cinema, teatro, dança e gestão. Com sólida formação em canto e interpretação teatral, Ana de Hollanda dirigiu a área musical do Centro Cultural São Paulo e foi secretária de Cultura de Osasco nos anos 1980. De

2003 a 2007, dirigiu o Centro de Música da Funarte, quando resgatou o Projeto Pixinguinha. Depois, assumiu a vice-presidência do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Mãe de dois filhos e avó de três netos, a ex-integrante do Partido Comunista Brasileiro foi anunciada para o Ministério da Cultura (MinC) no fim de 2010. Ana é a primeira mulher a assumir a pasta. Ainda se interando dos desafios que terá pela frente, recebeu a CULT para contar um pouco da trajetória que a levou até o cargo e para falar sobre temas que estão na pauta das discussões do cenário cultural brasileiro.

CULT – Como foi sua trajetória na área cultural até chegar ao ministério?

Ana de Hollanda – Eu trabalhei em várias áreas no mundo cultural, além de sempre ter cantado. Desde adolescente, vivi no mundo da música. Comecei a cantar e fazer coro em discos, mas não era profissional. Comecei profissionalmente na área de artes plásticas. Trabalhei alguns anos em galerias e em antiquários. Em seguida, trabalhei em uma editora de livros de arte. Essa experiência me deu uma proximidade muito grande com o mundo das artes plásticas. Depois, em 1980, entrei no curso de teatro e foi uma ligação muito forte. Eu já estava na música, no meio que eu havia escolhido para atuar de forma profissional. Tinha acabado de gravar meu primeiro disco. Mas senti também a necessidade de um trabalho como intérprete. Fui, então, procurar apoio no teatro. Trabalhei como atriz em alguns espetáculos musicais, em que eu tive a oportunidade de cantar. O teatro me ajudou como intérprete e com a expressão corporal. Fiz também um pouco de dança.

A carreira como gestora começou concomitantemente?

Sim. Essas coisas iam todas se intercalando. Eu comecei a trabalhar na área de gestão quando tive um convite para dirigir a área de música do Centro Cultural São Paulo. Lá, eu coordenei não só toda a política de música, mas também eventos maiores que englobavam até outras áreas, inclusive eventos internacionais que a prefeitura promovia. Saí do Centro Cultural São Paulo quando o Jânio assumiu. Quer dizer, fui “saída”. Fui demitida automaticamente na primeira lista [risos]. Recebi, então, um convite para assumir a Secretaria de Cultura da cidade de Osasco. Foi um trabalho fantástico porque era um microcosmo! No ministério, claro, é o Brasil todo. Mas [na secretaria] você tem de lidar com o Legislativo, com o Executivo e com outras secretarias, como a de Orçamento, com a comunidade artística, com a sociedade. Então, foi um grande aprendizado. E Osasco é uma cidade grande, populosa, muito próxima de São Paulo. Mas era muito carente. Tinha uma história muito rica, inclusive de lutas políticas. No auge da ditadura, foi muito massacrada, porque era alvo. De lá, saíram Lamarca e as greves [de metalúrgicos], antes mesmo das do ABC. Eu trabalhei ainda muito tempo como *free-lancer* em assessoria e produção na área cultural. Fiz também alguns trabalhos de música para cinema e roteiros e produções para teatro. Recentemente, tive a ideia de fazer um filme sobre meu pai. Fiz todo o trabalho de produção e de pesquisa. Depois, fui procurar as pessoas para realizar o filme. Convidei o Nelson Pereira dos Santos e levantamos a produção, que, primeiro, estava programada para um canal de televisão a cabo. Depois, o projeto cresceu muito. Fiz a captação

porque era também um projeto pessoal. E o filme acabou saindo em 2003 [*Raízes do Brasil: Uma Cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda*]. Tive uma participação muito intensa. Durante uns três anos, pelo menos, eu só vivi na pesquisa de material.

E aí veio o convite para a Funarte...

Isso. Logo depois recebi o convite para dirigir o Centro da Música da Fundação Nacional de Artes (Funarte). Era uma fase de reformulação do MinC, logo no início do governo Lula. A Funarte assumiu o papel de responsável pela política na área de música. Trabalhava com música popular, música clássica, discussões sobre política cultural. Criamos a Câmara Setorial de Música para discutir junto com a sociedade, com os produtores, com as entidades da cadeia produtiva, desde o ensino até a produção, criação, divulgação, difusão, exportação. Foi um trabalho grande! Retomei o Projeto Pixinguinha – fui arranjar o patrocínio na Petrobras e conseguimos retomar. Também criamos o Projeto Bandas de Música – existe banda de música no Brasil todo, em todos os municípios –, o Projeto Orquestras, além de discussões e entendimentos com todos os setores. Foi uma experiência muito rica e, estando na Funarte, estava também conhecendo as outras políticas do ministério. Depois disso, ainda fui vice-presidente do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Também foi uma experiência bastante interessante porque tive proximidade com a área de museus. Eu trabalhei muito com museólogos. E com arquivos. O museu tem um acervo de documentação muito grande. São documentos em várias mídias: em papel, em discos, em filmes. Foi muito interessante para conhecer onde está a memória da nossa cultura. Esses museus têm a função essencial de guardar a memória, de preservar, de difundir, e também são centros de pesquisa. Daí, recebi o convite para o ministério.

Como sua família, que está inserida no contexto artístico e intelectual brasileiro, recebeu essa notícia?

Meu nome [para o MinC] começou a surgir em uma sondagem que fizeram. De repente, começou a sair na imprensa. Como eu sempre trabalhei muito na área de gestão pública e na área cultural, isso não causou nenhum estranhamento para eles. Claro que assusta um pouquinho! Tem um peso, você fica muito vulnerável, é uma função pública. Eu tenho de agir como uma pessoa pública, o que é muito diferente. No campo artístico, as pessoas têm maior liberdade. Podem falar o que acham e voltar atrás. Eu tenho de administrar essa questão. Eu sou uma artista, mas estou ministra. Em momento algum estou em contradição com o que penso. Mas eu tenho de pensar e agir não pelo que eu pessoalmente acho. O ministério tem de ouvir todos os lados, as opiniões diferentes. Tem de ponderar mesmo! Não é o gosto pessoal que tem de predominar. Esse peso há. Essa consciência eu sempre tive.

Quanto a senhora acha que a cultura evoluiu nos oito anos do governo Lula? Qual foi o grande avanço nesse período?

Em quatro anos [de governo Lula], participei diretamente e, nos outros quatro, eu acompanhei. É incontestável que houve grandes avanços. Quando nós chegamos ao ministério, ele estava muito desestruturado e atendia apenas a questões pontuais. Não tinha o peso de um ministério mesmo. Até se questionava por que ele iria se separar da Educação, porque não tinha uma política própria. Houve muita discussão sobre a missão desse ministério dentro e fora do governo. E o MinC cresceu. Hoje, está presente no Brasil todo em várias atividades, como os Pontos de Cultura e o Programa Mais Cultura. Nós trabalhamos de forma integrada com as secretarias estaduais e municipais. Esse diálogo é muito importante. Nunca vamos chegar à ponta partindo apenas do centro. Inclusive, se considerarmos a riqueza e a diversidade cultural do Brasil, nós temos de ter um olhar diferenciado. Ontem mesmo estivemos discutindo isso no fórum dos secretários de Cultura. Tem de haver um olhar diferenciado para o Pampa, para a Amazônia, para a região do Cariri. Isso só é possível dialogando por meio dos estados e dos municípios. E isso o ministério ampliou muito. O ministério criou redes de discussão. Quando falei das câmaras setoriais, elas foram muito importantes, mas foram partes de um processo. Depois vieram os conselhos setoriais, as conferências municipais, estaduais e nacionais de cultura. Foi um processo muito democrático, de discussão com a sociedade, com os agentes culturais de toda a cadeia produtiva. Eu estou pegando um ministério que já está bem estruturado. Em alguns aspectos, acho que deu um passo maior do que as pernas. Então, a gente vai ter de analisar muito. Inclusive, no ano passado, estava com o orçamento muito bom. A gente sempre acha que poderia ser maior, mas já atendia bastante.

Pelas suas manifestações, os Pontos de Cultura estão garantidos.

Os Pontos de Cultura e o Mais Cultura. A gestão anterior nos deixou trabalhos fantásticos, aos quais vamos dar continuidade. Vai ter uma nova secretaria, essa secretaria da Marta Porto [da Cidadania e da Diversidade Cultural], e já estamos com uma agenda de reuniões porque há pendências nos Pontos de Cultura. Então, todos os pontos vão ser atendidos em suas especificidades e vão ser discutidos detalhadamente. O diálogo existe. Até surgiram dúvidas sobre se eu tinha algum problema [em manter os

programas da gestão anterior]. Pelo contrário! Eu dou toda a ênfase a vários programas, inclusive o Mais Cultura. Tem também os pontos de leitura, de cinema. Vamos, inclusive, incrementar bastante.

E o ProCultura?

O ProCultura já passou pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Nós vamos acompanhar. Vamos fazer um mergulho nessa lei. Existem pontos que estão sendo muito questionados, como em relação à dedução. Alguns acham que fica meio ?inviável para algumas áreas se a dedução for pequena como está. Mas isso tem de ser analisado e é claro que os interessados têm de se movimentar.

Outro tema amplamente debatido foi a Lei dos Direitos Autorais. Como está o projeto de reforma da lei?

Foi enviado no fim do ano passado para a Casa Civil. Todos os projetos enviados à Casa Civil no fim de 2010 foram devolvidos para reanalisarmos e, então, endossarmos ou não. Esse projeto foi muito polêmico no período em que esteve em discussão. Houve muitos questionamentos. Não digo que foram todos, mas a maioria questionou em muitos pontos. Eu ainda não tomei conhecimento direito. O ex-ministro Juca [Ferreira] conversou comigo e me contou que o projeto que eles mandaram para a Casa Civil já não era o mesmo que estivera em consulta pública. Já sofreu modificações. Então, de qualquer forma, antes de enviar de volta, a gente tem de analisar. É um projeto de lei bastante polêmico, que envolve vários interesses e visões bem diferenciadas e até antagônicas.

O quê, por exemplo?

Bom, os criadores questionaram muito o projeto que esteve em consulta pública porque diminuía consideravelmente o controle deles sobre ?suas próprias obras. O direito autoral existe em todos os países e o Brasil é signatário de convenções internacionais. Algumas coisas poderiam ferir lei pétrea da Constituição brasileira e também acordos internacionais. Outros são interessados no acesso via internet, então defendem que os direitos autorais sejam liberados sem o uso comercial. Então, eu pretendo formar um conselho com especialistas, estudiosos e juristas dessa área para analisar mais profundamente.

A senhora pretende reabrir a consulta pública?

Primeiro, uma consulta com especialistas. Depois, vou fazer encontros para apresentar a proposta. Porque aí é um assunto de lei e não para todo mundo dizer o que acha. Não é isso. Vamos chamar juristas da área que defendem visões diferentes. Todas têm de ser consideradas, para tentar apresentar alguma coisa possível para discussão.

A senhora não tem medo de retardar ainda mais o processo?

Não. A lei está em vigor até modificarem. Para [a reforma] passar pelo Congresso, há um processo bastante longo. Não depende só de mim.

As reformas da Lei Rouanet e da Lei dos Direitos Autorais foram repletas de polêmicas e foi preciso um longo período de debate público para chegar a uma proposta. A senhora não teme reacender essas polêmicas e ficar exposta?

O projeto de reformulação da Lei Rouanet foi resultado de um longo período de discussão, que incluiu a consulta pública. No meu trabalho com a Câmara Setorial da Música, acompanhei as discussões e há mais ou menos um consenso de que as leis de incentivo criadas no Brasil geram uma dependência por parte dos autores e das empresas patrocinadoras. A essência do projeto da nova lei, que é o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura como forma de o Estado aumentar sua responsabilidade, parece-me que conta com grande apoio dos meios artísticos e também empresariais. Agora, é óbvio que o processo de debate público não se encerrou com o envio do projeto ao Congresso Nacional. Os próprios parlamentares estão revisando o texto, voltando a ouvir os interessados e fazendo ajustes. De nossa parte, como Poder Executivo, vamos acompanhar esse debate e, na medida em que as emendas forem sendo apresentadas, colocaremos nossos pontos de vista aos parlamentares. No caso do Direito Autoral, o projeto ainda nem havia sido enviado ao Congresso. Como ocorre em qualquer mudança de gestão, a Casa Civil nos devolveu o projeto para que possamos analisar. De qualquer forma, nos dois casos, eu não vejo uma "reabertura" do debate, porque essas discussões não foram encerradas em momento algum. Elas estão em constante ajuste e nosso papel, como governo, é buscar eternamente um ponto de equilíbrio entre todos os interesses colocados em jogo.

Logo no início do seu mandato, houve críticas por causa da retirada das licenças Creative Commons do site do ministério. Como foi chegar já com uma polêmica?

Ali foi uma discussão administrativa mesmo. A página oficial é a página oficial, não é um blog. Ela tinha a marca do Creative Commons, um link em que você clicava e era direcionado para uma entidade privada. Ela desenvolve esse trabalho de licenciar obras para a internet. Não é a única que faz isso. E também as pessoas não precisam passar por nenhuma entidade. A lei já permite que você faça diretamente. Você própria autoriza da forma que achar melhor – com cobrança, sem cobrança, para uso comercial ou não.

Isso depende do autor. Por outro lado, eu não poderia privilegiar uma dessas entidades sem nenhuma licitação. Mesmo que a lei não atendesse a isso [a liberação do conteúdo], teria de haver uma licitação. Não tinha nenhum processo, não tinha nenhum contrato. Então é uma questão administrativa. Eu não posso ter nada que não tenha passado por uma análise jurídica.

A senhora esperava essa polêmica toda?

Eu não entendi muito uma polêmica gerada por uma questão que é de inteira responsabilidade do ministério. É a página oficial. É inteiramente justificável a minha decisão. Eu não posso responder por uma marca de uma entidade privada.

E qual sua visão sobre esse tipo de licença?

Esse tipo de licença é uma entre outras. Muita gente acha vantajosa. Muita gente usa, muitos autores que querem liberar conteúdo. Nos Pontos de Cultura, o pessoal usa muito, em blogs também. Essa é uma questão que diz respeito ao autor. É ele que tem o direito de dizer se vai liberar, e como. O Creative Commons tem algumas formas de liberar. Há outras entidades, outras formas. Muitas vezes, as pessoas definem em contrato para que tipo de uso autorizam e por quanto tempo. Se for um livro ou um disco, pode ser pela tiragem, com cobrança, sem cobrança. Um trecho [da obra] libera, outro trecho não libera. Nos discos, às vezes liberam uma faixa para divulgação. Isso é o autor que vai definir. É uma das formas usadas. Ele é quem tem de gostar ou não gostar. Nós não temos nada contra.

A senhora atuou em vários segmentos artísticos. Como acha que esse conhecimento pode ajudar na gestão do MinC?

É importante ter esse conhecimento, que, no meu caso, não é completo. Eu ainda estou aprendendo muito, estou visitando instituições. Já estive na Cinemateca para conhecer. Eles têm um equipamento de ponta, o mais avançado da América do Sul e talvez da América Latina, para recuperação, para restauração de filme. O acervo, para mim, tem uma importância muito grande. Eu não tenho uma política específica definida. Confio nos meus secretários, na área de Patrimônio – que é a do Iphan –, que é muito técnica. Eu tenho uma visão política da preservação de nosso patrimônio cultural e material também. Os museus também guardam essa memória. Isso tudo é a cultura brasileira e o patrimônio cultural, que está sendo criado no dia a dia. As criações artísticas, em todas as áreas, têm de ter um tratamento muito especial. Eu tenho amplo diálogo no meio cultural. Tenho uma visão da necessidade da sociedade e do mundo criativo. Agora, por exemplo, está entrando a economia criativa, que também é uma necessidade. Você não pode dimensionar o peso da cultura sem a economia criativa.

Essa é a prioridade da sua gestão?

Essa é uma das prioridades. Teremos um olhar especial para a economia criativa, por meio de uma secretaria transversal que trabalhará em todos os programas, em todas as ações do ministério, o que vai permitir que a cultura passe a se desenvolver de forma mais sustentável. Chamamos a Cláudia Leitão, que é especialista no assunto, para assumir a Secretaria da Economia Criativa. Ela vai tratar imediatamente disso, fazendo a medição mais atual desse peso no PIB brasileiro.

E quais serão as outras prioridades durante seu mandato no MinC?

Como já disse em outras ocasiões, eu pretendo dar continuidade aos bons programas já implantados. Outra prioridade, que inclusive contará com a colaboração de outros ministérios – como os do Planejamento, dos Esportes, da Justiça e do Desenvolvimento Social –, será a implantação de 800 Praças do PAC. Serão centros inovadores porque oferecerão auditórios para cinema, teatro, bibliotecas, áreas multifuncionais, Centros de Referência e Assistência Social (Cras), quadras de esportes e demais equipamentos em áreas – e aqui está a inovação – de baixa renda e alta vulnerabilidade social. Temos de regulamentar o Plano Nacional de Cultura, que vai definir a política cultural do ministério para os próximos dez anos. Já estamos com um grupo de estudos desenvolvendo projetos para trabalhar em parceria com o Ministério da Educação. Nossos futuros criadores, assim como nossos futuros públicos, estão nesses 51,3 milhões de alunos das escolas de nível básico e médio. Numa visão geral, a preservação da memória e o fomento à nossa cultura, arte popular, erudita e experimental são metas dessa gestão.

A carreira artística ficará de lado durante o mandato ou dá para conciliar?

Isso é um problema para mim. Desde que assumi, comecei a ter problemas com a voz. Tenho bom preparo vocal para canto e fala coloquial. Mas o uso intensivo em reuniões, telefonemas, discursos, uma natural tensão em função das responsabilidades do cargo e as poucas horas de sono são fatais para uma cantora. Vou procurar um especialista para cuidar disso, já que não abro mão de cantar de vez em quando. Da mesma forma, quero voltar a compor tão logo o tempo permita.

Qual a marca que a senhora quer deixar no ministério ao final de seu mandato? Como gostaria de ser lembrada?

Não penso numa marca pessoal. Quero ver a cultura brasileira mostrando todo o seu potencial criativo. Quero ver o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial, reconhecido, tratado e preservado devidamente. E que a cultura seja reconhecida como um fator essencial para a emancipação do povo brasileiro, por meio da sua consciência de cidadania.

Revista CULT, março de 2011.

Vale a pena ser jornalista no Brasil? (MINO CARTA)

Pequena reflexão sobre as relações entre profissionais nativos e a diplomacia dos EUA, e sobre quem lhes dá crédito.



COMO JORNALISTA, recebi o melhor elogio de João Baptista Figueiredo. À beira de um churrasco celebrado em 1988 em companhia de colegas de pijama, o quinto e último ditador pós-golpe, também ele já apeado, gravou um depoimento em que lá pelas tantas fala de mim. Textual: "O Mino é um chato, se pudesse reescreveria os Evangelhos, Geisel o detestava, mas ele não tem rabo preso".

Figueiredo me comparava a Roberto Marinho e Victor Civita, dos quais não tinha boa opinião: só o procuravam, dizia ele, para pedir favores de alto calibre. Evidente a confusão no confronto: Marinho e Civita são patrões e eu sou um profissional de imprensa. Há hoje em dia quem me pretenda empresário, apresso-me a esclarecer: faltam-me tino e espírito para tanto. Deu-se apenas que, depois de sair da Veja em fevereiro de

1976 ao me demitir para não levar um único escasso tostão do dono da Editora Abril, tive de inventar os meus empregos. De sorte a garantir um salário, até agora indispensável.

Perdoem se me alongo no assunto, mas os leitores, sempre generosos, entenderão ao cabo a sua pertinência. No caso da CartaCapital deixo claro que nunca vi a cor de um dividendo, o emolumento que costuma premiar os empresários. Não vi porque não houve. Sobra o salário, muito, incrivelmente inferior ao de qualquer diretor de redação da chamada grande imprensa. E nem se fale dos senhores da mídia eletrônica. As redações espelham a situação social do País com alguma fidelidade. Os graúdos ganham mais do que os colegas do mundo pretensamente primeiro, os miúdos ficam a léguas de distância a viver o terror da demissão.

Disso tudo, e razões outras, resulta um jornalismo de péssima qualidade. Quem tiver dúvidas, compare os produtos da nossa imprensa, jornais e revistas, com os similares europeus e alguns americanos. Os quais, aliás, nascem em redações bem menores e infinitamente mais competentes, ancoradas em profissionais que lidam com o vernáculo com desembaraço impensável por aqui, e carregam uma bagagem inatingível nas nossas latitudes de estudo e leituras importantes em lugar de inúteis diplomas. Sem contar que prestam seus serviços a uma mídia devidamente regulamentada por leis tão democráticas quanto inflexíveis.

Não sei se vale a pena acentuar certas diferenças, por mais evidentes, em um país que, em níveis sociais elevados, é o Bazil zil zil em vez do Brasil brasileiro da música. Popular, obviamente. Mas a turma de cima se dá ares, dirige pelas ruas como se fossem da sua propriedade e carrega para os restaurantes o vinho conservado em suas adegas climatizadas. E dizer que há poucos anos se encharcavam de uísque antes, durante e depois do jantar. Terrível é que se espraie um segundo time empenhado em seguir-lhes os passos. São estes os leitores da nossa imprensa. Haverá outros, está claro, entre eles os de CartaCapital, mesmo assim a leitura é coisa da minoria, não somos argentinos, muito menos ingleses, que diabo.

O episódio entre o ridículo e o grotesco que aponta em alguns jornalistas (jornalistas?) brasileiros outros tantos advisers da diplomacia dos EUA, revelado nos últimos dias pelo WikiLeaks, é altamente representativo da mediocridade dos atores. O jornalismo nativo e a diplomacia americana. Pergunto aos meus irônicos botões se eu não seria condescendente quando aludo à mediocridade. Não estaríamos diante de um fenômeno que a transcende? Gargalham com gosto, advertem contudo: não se trata de vendilhões da pátria, não caímos em equívoco tão grosseiro. Trata-se é de sonhadores.

Sonhadores? Que os botões se expliquem. Reproduzo o raciocínio. Não são jornalistas, não se interessam pela verdade factual, pelo exercício do espírito crítico. Entregam-se ao devaneio, a uma ficção onírica, e mandam às favas as regras mais comezinhas da profissão. Se não, vejamos. Ao acaso: segundo um despacho do consulado americano do Rio para Washington, "o importante colunista político da revista Veja, Diogo Mainardi" expõe em sua coluna de uma edição de janeiro do ano passado o desejo de José Serra

de ter Marina Silva como vice na chapa anti-Lula, manifestado durante almoço tête-à-tête ocorrido dias antes. E Aécio Neves onde fica? O principal officer sediado no Rio apressa-se a esclarecer em seu despacho que o importante colunista relatara anteriormente os termos de uma conversa com Neves, o qual se dissera "completamente aberto" à possibilidade de concorrer como vice de Serra. Muito antes, em entrevista a CartaCapital, o então governador de Minas havia excluído peremptoriamente esta chance, para negá-la oficialmente, de resto, dia 17 de dezembro de 2009.

Acontece que os diplomatas americanos leem sofregamente a imprensa nativa e não perdem o Jornal Nacional, e confiam na mídia sonhadora do pensamento único. Na lista dos especialistas e peritos em miragens consultados pelos americanos estão nomes ilustres. Merval Pereira, por exemplo. Nove dias depois de Mainardi, insistia na disposição já desmentida de Aécio Neves. William Waack, da TV Globo, e Helio Gurovitz, diretor de redação de Época, foram classificados pela própria embaixada como "os críticos mais duros de Rousseff". Para Waack, Dilma é "incoerente". Menos criativo, Gurovitz a definia como "o poste de Lula". De todo modo o presidente não a elegeria, como se deu com o candidato da senhora Bachelet no Chile.

Não é que representantes de Tio Sam se diferenciem de nossos privilegiados, ao menos na escolha de suas leituras. Uns e outros preferem o devaneio, o sonho à realidade, a mentira à verdade factual. Deste caos mental participa boa parcela de empresários e publicitários, e a eles aludo porque esta é matéria fortemente relacionada com o destino de CartaCapital. Faz tempo surgem em cena senhores que se apresentam como jornalistas e que se aplicam na conta das páginas de publicidade desta revista. Concluem que a contribuição da publicidade "governista" é maior do que a da iniciativa privada. Não é bem assim. Por que se dedicam a este mínimo esforço (às vezes não exige excessivo saber aritmético) até hoje não entendi. De quando em quando, entre o fígado e a alma formulo uma hipótese, não enobrece esses matemáticos mas não a declino por modéstia: aponta para a nossa invejável qualidade. Recorro, porém, e mais uma vez à verdade factual. Durante o reinado de Fernando Henrique Cardoso fomos esquecidos pela publicidade do seu governo, de certa forma perseguidos, na esperança, quem sabe, de que morrêssemos na praia. Recém-empossado em 2003, Lula me chamou a Brasília dia 15 de janeiro. Somos velhos amigos, desde o final de 1977, e ambos ficamos à vontade quando me perguntou: "Que podemos fazer por CartaCapital?" A esta altura da conversa estava presente também José Dirceu, chefe da Casa Civil. Respondi: "Peço apenas isonomia em relação à publicidade do governo".

Assim foi, dentro das justas regras de que as nossas páginas são mais baratas que outras. Quem soma as inserções públicas em CartaCapital, se frequentasse a verdade factual teria de verificar o que acontece naquele mesmo instante nas outras semanais. Quanto ao setor privado, a conclusão é inescapável: inúmeros empresários, inúmeros publicitários, preferem o devaneio, tão bem contado pelos informantes e conselheiros que a nossa mídia fornece aos diplomatas americanos, à prática do jornalismo honesto, incapaz de confundir o wishful thinking com quanto acontece e, como dizia Hannah Arendt, "acontece porque é". Mas até as nossas autoridades, frequentemente agredidas pela sonhadora mídia nativa, a prestigiam sempre que podem, em uma belíssima demonstração de humildade e caridade cristã.

CartaCapital não apoiou, nos limites dos seus alcances, as candidaturas de Lula em 2002 e 2006, e de Dilma em 2010, por qualquer motivo de identificação ideológica ou interesse material, e sim porque entendia serem as melhores para o Brasil brasileiro. Em outros países, esta definição não somente é de praxe, mas também demanda da opinião pública. Neste momento as circunstâncias me levam a perguntar aos meus cétricos botões: vale a pena ser jornalista no Brasil? Eles agora se calam.



MINNO CARTA é diretor de redação de CartaCapital. Fundou as revistas Quatro Rodas, Veja e CartaCapital. Foi diretor de Redação das revistas Senhor e IstoÉ. Criou a Edição de Esportes do jornal O Estado de S. Paulo, criou e dirigiu o Jornal da Tarde. redacao@cartacapital.com.br

Revista Carta Capital, 19 de março de 2011.

Vigília (LUIZ FELIPE PONDÉ)

VOCÊ TEM baixa autoestima? Se sua resposta for "não", provavelmente se enganou. Por quê? Porque todo mundo tem baixa autoestima por razões óbvias: falta de grana, de afeto, de saúde. E corpo e alma são feitos de grana, afeto e saúde.

Esse tripé é a chave para os aproveitadores do sobrenatural "acertarem" com frequência suas consultas sobre o destino de suas vítimas.

Resumindo a dor humana, tudo cabe nesse tripé. Basta atirar numa dessas razões óbvias, seguindo alguns critérios de como o cliente se apresenta, que a chance de acertar é grande.

Quase sempre o cliente é mulher, dizem os especialistas. Os homens seriam mais cétricos. Por quê?

Porque, dizem, "almas femininas" são mais dadas a crenças ingênuas. Eu cá tenho minhas dúvidas sobre isso porque conheço mulheres que deixam qualquer assaltante de banco assustado pela frieza com a vida.

Se for jovem, menos chance de ser doença, a menos que seja na família (neste caso, a menina tem que ter uma carinha de madre Tereza de Calcutá, do contrário, o que é mais provável, é quase sempre amor, porque meninas só pensam em meninos, graças a Deus).

Se for mais velha, saúde pode ser uma boa pedida. Mas, se estiver mal vestida, grana pode ser a causa também. Quando falta grana, a saúde normalmente falta também. Ou faltará. Mas divago. Voltemos à miséria da baixa autoestima.

O mercado da autoestima cresce com livros e treinamentos e conferências para motivação e assertividade. O efeito dura uns dois dias, dependendo do estado de espírito. Se a dor for muito grande, a dependência da autoajuda poderá se tornar um vício.

Eu, que sou um medieval em matéria de natureza humana (afora alguns trágicos modernos), confio mais nos antigos e medievais, justamente porque não temiam ver o ser humano como um miserável em termos de autoestima.

Como o pensamento moderno e contemporâneo é um pensamento "para um mundo melhor", só pode virar autoajuda.

Entre outros, adoro santo Agostinho (354 d.C.-430 d.C.). Meus alunos, moçada de 18 ou 19 anos, da elite econômica, lêem santo Agostinho. Eles discutem pecado, graça, inferno, o Mal, Deus, mito de Adão e Eva e afins.

E sem qualquer um desses "recursos didáticos" inventados para o professor não ter que dar aula ou não ter que entender do assunto.

Quase toda a pedagogia "moderna" é blá-blá-blá. E grande parte dos problemas da sala de aula é fruto da baixa vocação dos professores e do fato de que grande parte dos estudantes não tem nenhuma vocação para aprender qualquer coisa além do que interessa para garantir um lugar no mercado de trabalho.

Inteligência sempre foi uma maldição de poucos e isso nada tem a ver com grana ou com você ser uma pessoa moralmente legal. A falta de grana apenas ajuda a esmagar você mais rápido, o que piora se você for uma pessoa mais sensível.

Baixa autoestima é a regra do mundo. Todo adulto sabe disso. No trabalho, no corpo, na alma. Mas ficou na moda dizer que todo mundo é "maravilhoso!".

Voltando a um dos meus santos favoritos, santo Agostinho. Segundo dizem, ele não era um cara fácil.

É sempre assim com os santos: nunca são santinhos.

Entendia de ser humano. Sabia que no fundo da alma habita o medo da tristeza e do fracasso, inevitáveis quando se é mortal (em todos os sentidos do termo).

Ao contrário do que se diz, quando acreditamos nesse blá-blá-blá de "amar a si mesmo", afundamos na miséria da baixa autoestima, porque conhecemos no silêncio de nós mesmos as baixarias que compõem a substância de nossa alma. Dentro de cada um de nós habita um demônio em vigília.

"Autoestima" é um termo contemporâneo, mas cabe bem na reflexão agostiniana sobre a vaidade como prisão psicológica.

Existe coisa mais brega do que querer amar a si mesmo? Amar a si mesmo é vão.

Uma pérola de santo Agostinho para começar sua semana: se você quiser ser livre, ame. Isso aí: não é buscando ser amado que escapamos da miséria da baixa autoestima, mas amando. Qualquer egoísta pode ser amado.

Os melhores dias da minha vida são aqueles em que eu não lembro que existo.

ponde.folha@uol.com.br

Consumo vetado (MARA GABRILLI)

ERA NOVE HORAS de uma noite chuvosa quando o avião da TAM aterrissou no aeroporto de Cumbica. Eu acabara de chegar de Brasília -episódio comum em minha rotina semanal desde que tomei posse na Câmara-, quando fui informada de que seria carregada por escada estreita e escorregadia no colo de um desconhecido.

O avião em que estava não desembarcou no "finger", equipamento que leva os passageiros diretamente ao terminal, e o "ambulift", espécie de ônibus com elevador para o transporte de cadeirantes, por sua vez, estava quebrado. Uma semana depois, mais um episódio de desrespeito: a Gol é a única companhia aérea em terras brasileiras a se recusar a cumprir a resolução da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) que concede desconto para acompanhantes de pessoas com deficiência.

Situação diferente, mas não menos constrangedora ocorreu com a jovem Julie Nakayama, 24. Passeando pela avenida Paulista, gostou de uma camiseta que vira na vitrine da Hering. Quis comprar a roupa, mas a entrada do estabelecimento possuía três degraus nada convidativos para uma cadeirante.

Moral da história: Julie foi embora porque nenhum funcionário do local se prontificou a ajudá-la. Pelo contrário, questionaram sua presença ali, como se a cadeira de rodas subtraísse de uma garota sua vaidade ou poder de consumo.

Se conhecessem Nathalia Fernandez, 21, entenderiam essa realidade. Ela, que tem paralisia cerebral e utiliza um carrinho motorizado para se locomover, sempre encontra dificuldades com a falta de provedores adaptados. Cego desde os 13 anos por conta de glaucoma, Ricardo Sigolo, 61, se formou em biblioteconomia e trabalhou durante muito tempo com informação por meio do braile.

No entanto, fora do local do trabalho, dificilmente tem acesso a recursos para uma pessoa com deficiência visual. Muitas vezes, ele tem de ouvir por horas a declamação de um vendedor sobre determinado produto, porque as embalagens não oferecem informação em braile, bem como os cardápios da maioria dos restaurantes.

"Finger", "ambulift", braile, acessibilidade: todos termos pouco conhecidos pela maioria da população brasileira, mas que garantem a nós, pessoas com deficiência, dignidade. Dignidade a que eu não tive acesso naquela noite em que fiquei presa durante duas horas aguardando a autorização da Infraero para uso de um "ambulift" que estava fora do aeroporto.

Dignidade negada também ao arquiteto cadeirante Fernando Vasconcelos, 71, que não teve sua cadeira amarrada quando utilizava o mesmo equipamento e acabou sofrendo um acidente que lhe rendeu um traumatismo craniano.

Nessas ocasiões, em que seus direitos de consumidor e cidadão são subtraídos, eu me sinto, de fato, imóvel. É aí que a tetraplegia vem à tona. Não pela minha deficiência física, mas pela deficiência de serviços, de acessos, de atendimento adequado a mim ou a qualquer outro cidadão com deficiência. Fato é que a tutela dos direitos do consumidor é garantida pela Constituição, bem como a dignidade da pessoa humana. Neste 15 de março, Dia Internacional do Consumidor, ainda não temos muito a comemorar. Contudo, essa é uma data simbólica para refletir sobre o que, de fato, é o consumo no nosso país.

Estamos expandindo o mercado de crédito, mas não investimos no básico: o ser humano. Um cenário que contradiz a política de igualdade pregada pelo governo ao facilitar o poder de compra das pessoas.

Afinal, de nada adianta consumir bens se não possuímos informação e educação econômica para lidar com todos os públicos, garantindo que todos tenham acesso digno a qualquer serviço. Após 20 anos da instituição do Código de Defesa do Consumidor, crescemos economicamente, mas não aprendemos a lidar com as pessoas e suas diferentes necessidades.

MARA GABRILLI, 43, psicóloga e publicitária, é deputada federal pelo PSDB-SP.

Deus é verde (JOÃO PEREIRA COUTINHO)

O TERREMOTO de Lisboa de 1755 não foi apenas um terremoto. Foi uma trágica, devastadora e assaz perfeita confluência de desastres. A terra tremeu. O fogo veio a seguir e devorou as casas. Finalmente, o mar devorou a cidade.

Foi então que a inteligência europeia, com Voltaire à cabeça, formulou uma questão básica sobre a matéria: como é possível que Deus tenha permitido semelhante barbaridade? As palavras de Voltaire correram a Europa e "Lisboa", a palavra, ganhou ressonâncias malignas que só "Auschwitz" acabaria por ter no século 20.

Mas a inquietação de Voltaire não foi a única. Como explica Susan Neiman num brilhante tratado sobre a história filosófica do mal ("Evil in Modern Thought", Princeton University Press, 358 págs.), o terremoto de Lisboa não se limitou a ser pasto para o racionalismo dos "philosophes". O terremoto, em suma, não mostrava apenas ao mundo a crueldade de Deus ou até, no limite, a Sua inexistência.

Para os anti-iluministas, provava o contrário: a justiça e a onipotência divinas sobre uma Humanidade corrupta e pecadora. O terremoto era um castigo de Deus sobre a licenciosidade dos homens.

E nem mesmo as diferentes sensibilidades religiosas da época escaparam às suas guerras privadas. Para os jansenistas, era um castigo sobre uma "cidade jesuíta" onde a Inquisição ainda funcionava. Para os jesuítas era o oposto: um castigo divino precisamente porque a Inquisição não funcionava com a dureza e a regularidade aconselháveis.

O italiano Gabriel Malagrida foi um dos rostos mais conhecidos desse fervor religioso e, um ano depois do terremoto, ainda pregava aos lisboetas que se arrependessem dos seus pecados e se preparassem para o Juízo Final. O terremoto do ano anterior fora, digamos, um mero aperitivo. O prato principal ainda estaria para vir.

O mundo acabou, é certo. Mas apenas para Malagrida, queimado pouco depois como herege num apropriado auto-de-fé. Conta a mesma Susan Neiman que a morte de Malagrida marcava também o fim de uma era que via nos "males naturais" uma expressão dos "males morais". Nas clássicas palavras do marquês

de Pombal, a única resposta possível perante o terremoto era "enterrar os mortos e alimentar os vivos". Meditações teológicas para que, quando havia pestes e fomes a evitar? Os mortos foram enterrados. Deus também: os "males naturais" passaram a ser imprevisíveis, contingentes, inexplicáveis. E sobre eles passou a repousar um silêncio de resignação e horror.

É esse silêncio que a maioria observa com as imagens do Japão e a sua particular confluência de desastres. Nada há a dizer, nada há a explicar, exceto enterrar os mortos e cuidar dos vivos.

Mas há quem resista. Leio na imprensa do dia que o presidente do European Economic and Social Committee, órgão consultivo da União Europeia com certa importância "científica", aproveitou o momento para questionar se a catástrofe japonesa não seria um resultado do aquecimento global ou, como hoje se diz e uma vez que o mundo deixou de aquecer desde inícios do século 21, das "alterações climáticas". Nas palavras do preclaro Staffan Nilsson, talvez a natureza esteja a falar conosco. Não deveríamos ouvi-la? Não foi caso único: jornais e televisões foram invadidos por iguais interrogações, normalmente vertidas por políticos e fanáticos da causa ambientalista. A natureza, na visão dessa gente, não pode ser imprevisível, contingente, inexplicável. Como, na verdade, sempre foi ao longo da história. Isso seria um insulto para a nossa patética soberba.

Se o Japão ficou parcialmente destruído, existe uma causa última. E na impossibilidade de a causa ser um deus monoteísta, talvez as respostas se encontrem num deus panteísta: uma mãe natureza indignada com os abusos dos seus filhos, que resolve assim puni-los de forma brutal para que eles deixem de cometer pecados contra ela.

Enganam-se os que pensam que o espírito de Malagrida morreu nas chamas da Inquisição. Os fanáticos da causa verde apenas pintaram Deus com outra cor; mas a atitude mental é a mesma: a atitude de quem explica os "males terrenos" como um castigo dos céus. Ou, melhor dizendo, da Terra.

ipcoutinho@folha.com.br

Novas velhas (MIRIAN GOLDENBERG)

ENVELHECER é também priorizar os próprios desejos e encontrar felicidade, prazer e liberdade. Muitos me perguntam por que resolvi estudar o envelhecimento, assunto que consideram difícil e deprimente.

Interessei-me pelo tema quando li "O Segundo Sexo", de Simone de Beauvoir. Nesse livro, decisivo para minhas escolhas profissionais e pessoais, ela diz que "por volta dos 50 anos, a mulher está em plena posse de suas forças, sente-se rica de experiências.

Só lhe ensinaram a dedicar-se e ninguém reclama mais sua dedicação. Inútil, injustificada, contempla os anos sem promessa que lhe restam por viver e murmura: "Ninguém precisa de mim".

Mais importante ainda foi ler "A Velhice", também de Beauvoir. É um retrato cruel do envelhecimento. "Já que o destino da mulher é ser, aos olhos do homem, um objeto erótico, ao tornar-se velha e feia, ela perde o lugar que lhe é destinado na sociedade: torna-se um monstro que suscita repulsa e até medo."

Quando estive na Alemanha para dar conferências sobre "O corpo como capital na cultura brasileira", fiz muitas entrevistas com mulheres. Percebi que lá, aos 60 anos, elas se sentem no auge da vida, entusiasmadas com projetos profissionais, viagens, programas culturais etc.

Voltando ao Brasil, iniciei uma pesquisa para compreender o significado da velhice na nossa cultura. As mulheres de 40 e 50 anos falaram, principalmente, da decadência do corpo e da falta de homem.

Para minha surpresa, quanto mais avançava na idade das pesquisadas, mais aspectos positivos apareciam em seus depoimentos sobre a velhice. Elas passaram a fazer coisas que sempre desejaram, como dançar, viajar, namorar, pintar, estudar etc.

Mais importante: deixaram de se preocupar com a opinião dos outros e passaram a priorizar os próprios desejos.

Uma professora aposentada, de 74 anos, disse: "Com a idade ganhei duas coisas preciosas: liberdade e maturidade. Faço o que eu quero, não faço o que não gosto, namoro com quem eu quero, beijo quem eu gosto, faço musculação e pilates, saio, viajo, tomo chopinho, vou à praia, fiz uma tatuagem há três anos e vou fazer outra... é o melhor momento de minha vida". As brasileiras estão vivendo mais e muito melhor. Existem muitos ganhos com o envelhecimento, não só perdas.

Sugiro que aquelas que têm medo de envelhecer escutem mais atentamente o que as novas velhas têm para dizer, não só sobre doenças, preconceitos e invisibilidade social, mas também sobre felicidade, prazer e liberdade.

MIRIAN GOLDENBERG antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autora de "Coroas: corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade" (Ed. Record) - miriangoldenberg@uol.com.br

A presidente e o vice-presidente (IVES GANDRA DA SILVA MARTINS)

TEM-ME SURPREENDIDO a presidente Dilma, em seu início de governo. Nela não votei e, quando lutamos contra o regime de exceção, com armas diferentes -acredito sempre mais na arma da palavra-, não estava convencido de que a então guerrilha pretendesse derrubar o governo para instalar uma democracia. Não creio, hoje, que aqueles 20 anos de governo militar foram apenas "anos de chumbo".

Apesar de não ser, à época, o país uma democracia -contra o que nós, conselheiros da OAB, lutamos-, o Brasil evoluiu economicamente. O Supremo Tribunal Federal (STF), então constituído de notáveis juristas, nunca se curvou ao Poder Executivo, e este nunca pressionou o pretório excelso.

Como advogado, sempre senti na máxima corte tal independência, que só a enaltece perante a história. É bem verdade que a então guerrilheira é agora presidente da República. O que, todavia, me impressiona positivamente são as linhas que parece estar impondo para "arrumar a casa", que ficou desorganizada por conta do período eleitoral.

No que diz respeito à política de juros, age corretamente para reduzir o aquecimento do consumo; na política tributária, pretende fazer reforma segmentada, tendo como primeira sinalização a redução da tributação sobre a folha de salários.

Quanto ao salário mínimo, resolveu pagar o ônus da sensatez contra as reivindicações sindicais e manteve o valor de R\$ 545.

Na política externa, fez com que o Brasil deixasse de acariciar ditadores e de servir como seu interlocutor nos organismos internacionais, para seguir o decidido pelo concerto das nações; na política cambial, enfrenta o "dumping" dos países desenvolvidos ou da China com coragem, e pretende cortar as despesas de custeio de máquina burocrática esclerosada e adiposa.

Por fim, tem um perfil de respeito ao cargo que ocupa, apenas se expondo, quando necessário, em suas manifestações. Como mulher culta, sabe que a dignidade da função exige postura condizente.

Não a conheço pessoalmente, mas minha mulher e eu passamos a respeitá-la mais como presidente do que como candidata.

Por outro lado, seu vice -meu amigo e colega de reflexões acadêmicas- é um dos mais qualificados constitucionalistas do país, sendo assim respeitado nos meios jurídicos. A reforma política que defende é aquela que o país necessita.

Devem ser eleitos para as Casas parlamentares os mais votados pelo povo e não os dependentes de candidatos chamarizes. A meu ver, os partidos sairiam fortalecidos com a fórmula de Michel Temer, pois deixariam de buscar pessoas famosas para enfileirar candidatos inviáveis, e passariam a buscar para seus quadros pessoas com vocação política e prestígio real.

Por outro lado, concentrar todas as eleições num ano, impedindo quase meio ano de semiparalisação para cada pleito, é muito melhor.

Por fim, as indicações técnicas até agora feitas pela presidente para o Banco Central, para a Receita Federal, para o STF e para outras áreas conformam o perfil de burocracia profissionalizada que de há muito o país precisava.

Uma última palavra sobre o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, respeitável professor de direito administrativo da PUC de São Paulo, a quem também admiro como colega de magistério e pelo seu perfil ético, que me parece estar desenvolvendo um sério trabalho na estruturação jurídica do governo.

Não votei na presidente e continuarei a acompanhar seu desempenho, como todos os cidadãos deste país, a quem ela e os demais agentes públicos devem se dedicar e servir. Mas não posso deixar de reconhecer a agradável surpresa que constituí seu início de mandato.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, 75, advogado, professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra, é presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio.

Reprovar garante aprendizado? (ANTONIO JACINTO MATIAS)

O GOVERNO DE SÃO PAULO anunciou que pretende repensar o sistema de progressão continuada, adotado desde 1997 no Estado.

A ideia a ser debatida com a rede é que o sistema possa reprovar o aluno no terceiro ano, além das retenções previstas anteriormente para o quinto e nono anos do ensino fundamental, em caso de deficiência na aprendizagem.

Chamado criticamente de "aprovação automática" e apontado como vilão por diferentes setores e atores da sociedade brasileira, como ocorreu no recente período eleitoral, o sistema em si tem sido muitas vezes responsabilizado equivocadamente pelo baixo nível de aproveitamento dos alunos.

Esse é um debate de extrema relevância em um país campeão na prática da reprovação e deficiente nos indicadores de aprendizagem.

Anualmente, sete milhões de crianças e jovens brasileiros são reprovados de acordo com os dados do Relatório de Monitoramento da Educação para Todos, lançado em 2010 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Obviamente o aumento de taxas de repetência não traz ganhos futuros de aprendizagem e provoca o crescimento da evasão escolar.

Além dos altos custos para os cofres públicos, a repetência tem impacto direto na distorção idade-série, que afeta a auto-estima dos alunos e provoca o aumento do número de alunos por sala de aula.

Tema polêmico, a progressão continuada pressupõe que os anos escolares sejam organizados em ciclos e não em séries e que os estudantes devam adquirir competências em várias áreas do conhecimento em períodos mais longos.

O modelo não prevê o mecanismo de repetência no fim do ano, mas deve garantir a recuperação de conteúdos por meio de aulas de reforço em disciplinas específicas.

Pesquisas recentes demonstram que o sistema de ciclos tem efeitos na redução da evasão escolar.

Estudo da Fundação Itaú Social sobre o impacto dos ciclos, a partir de dados do Censo Escolar de 2002 e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), aponta uma maior taxa de aprovação e uma redução da evasão nas escolas que adotam o modelo. O trabalho também indica que não há impacto negativo sobre o desempenho escolar dos que frequentam esses colégios.

A progressão continuada, apesar de seus méritos, não pode ser, porém, considerada eficaz se não estiver combinada a um conjunto de medidas e políticas educacionais voltadas à melhoria do ensino.

O que precisa de fato ser avaliado é como gestores podem garantir que haja acompanhamento e apoio pedagógico aos alunos ao longo do ano, bem como mais apoio ao professor para que ele possa melhor diagnosticar e oferecer atividades diversificadas para estudantes com necessidades diferentes.

Apurar os olhares para as experiências internacionais que lograram êxito será determinante para que o Brasil supere o desafio de melhoria da aprendizagem.

ANTONIO JACINTO MATIAS é vice-presidente da Fundação Itaú Social e membro do conselho de governança do movimento Todos pela Educação.

Intervir ou não (CONTARDO CALLIGARIS)

NA FOLHA de 6 de março, um médico líbio, Mohammed Ahmad, entrevistado pelo correspondente Marcelo Ninio, desabafa: "É um massacre, estão atingindo civis, estão nos atacando de todas as direções. Por que a comunidade internacional não intervém?".

A Líbia é apenas um exemplo. A cada dia, junto com as notícias, chega até nós o grito dos que estão sendo perseguidos e exterminados, dos que apodrecem nas masmorras, dos que, indefesos diante de poderes abusivos e absolutos, estão sendo pisados, escravizados, torturados. Eles colocam sua última esperança na improvável chegada da cavalaria. E a cavalaria com a qual eles sonham, bem ou mal, somos nós - somos também nós.

Vamos brincar de Pôncio Pilatos? Ou vamos à luta pelos injustiçados que moram longe de nossa rua, de nosso país e de nossa cultura? E, nesse caso, quais injustiçados escolheremos?

Por temperamento, sou intervencionista -embora muito menos hoje do que no passado, talvez por confiar menos na minha força física. De qualquer forma, se vejo uma briga, tendo a me meter - para afastar os que estão brigando e também para tomar partido. Mas tomo partido como?

Admito que, na maioria das vezes em que decidi me meter, eu realmente não tinha como saber de que lado estava a razão. Por isso mesmo, os supostos "nobres" motivos de minha escolha permanecem sob suspeita. Por exemplo, escolhi o lado do mais fraco: é uma opção generosa, mas quem garante que o mais fraco tinha razão? E se, de fato, eu tivesse escolhido o lado dos que mais se pareciam comigo, como se a razão só pudesse estar com alguém que tivesse a minha cara?

A dificuldade de intervir decorre de contradições que são inseparáveis do próprio espírito da modernidade ocidental.

a) Acreditamos na universalidade da espécie humana; para nós, ser "homem" é mais importante do que pertencer a uma nação ou a uma etnia. Em tese, o que acontece na Líbia ou em Ruanda nos é próximo e nos concerne tanto quanto o que acontece no quintal de casa -portanto, interviremos, não é?

b) Certo, interviremos e pesaremos na balança em nome de nossos valores. Apoiaremos quem quer democracia e escutaremos o grito da mulher que tenta fugir de sua tribo porque não quer que seu sexo seja mutilado ou da adúltera que será apedrejada.

Mas o fato é que a defesa dos valores nos quais acreditamos será hesitante e, de uma certa forma,

culpada pelo seguinte sofisma: se todos, por diferentes que sejam de nós, são tão homens quanto a gente, qual seria o mérito especial de nossos valores, salvo o mérito (duvidoso) de eles serem os nossos?

c) Desde o começo da modernidade, acreditamos também que o que acontece no mundo não é efeito da vontade divina, mas da ação dos homens. Por exemplo, não somos dominados pela Providência, mas pela vontade de tiranos contra quem podemos, portanto, nos rebelar.

Há uma contrapartida: assim que a razão moderna reconhece que tudo vem dos atos e das intenções dos indivíduos, ela se torna desconfiada e paranoica. Em suma, a notícia boa é que podemos modificar o curso da história, a notícia ruim é que somos sempre suspeitos de modificá-lo pelas piores razões.

Somos condenados a uma alternativa entre duas posições igualmente incômodas. Quem não intervém é um covarde que renega sua humanidade e deixa os indefesos sem defesa e os injustiçados sem justiça.

Quem intervém é provavelmente um aproveitador que, sob o manto de uma certa grandeza moral, está promovendo interesses escusos ou, no mínimo, impondo ao mundo seus valores particulares. Algumas consequências disso? Aqui vai.

Desde o sítio de Sarajevo, em 1992, até o massacre de Srebrenica em 1995, a imprensa ocidental denunciou a covardia das potências que não impediam o genocídio. Depois dos bombardeios da Otan em 1998, os mesmos comentaristas denunciaram o imperialismo das potências que se atreveram a intervir.

Se amanhã as botas dos soldados da Otan ou mesmo da Liga Árabe pisarem o chão da Líbia, aposto que Mohammed Ahmad será entre os primeiros a se indignar e eventualmente a lutar contra o ocupante estrangeiro.

Nota: Quem puder (o filme está em poucas salas, infelizmente) assista a "Restrepo", documentário de S. Junger e T. Hetherington. É uma extraordinária lição de sobriedade na hora de pensar em intervenções militares "civilizatórias".

ccalligari@uol.com.br

O flagelo do crack (GABRIEL CHALITA)

CAMINHAR POR CERTAS RUAS de São Paulo é doloroso. Vemos jovens perambulando como zumbis pela cracolândia, com suas vidas desperdiçadas. Muitos nem sequer viverão para transmitir a nenhuma criatura o "legado de sua miséria", como afirmava Brás Cubas.

Esse cenário desolador não se resume à capital paulista. Um estudo do psiquiatra Pablo Roig, especialista no tratamento de viciados em crack, revela que há 1,2 milhão de usuários da droga no Brasil. O trabalho mostra que, em média, o consumo começa aos 13 anos.

As sombrias constatações são o resultado de escolhas erradas feitas no passado. O problema não foi diagnosticado a tempo de evitar que ele assumisse tamanha dimensão. Para reverter essa realidade, temos de agir imediatamente.

A presidente Dilma Rousseff, ainda em campanha, anunciou que o combate ao crack seria uma das prioridades de seu governo. No último dia 21, cumprindo a promessa, afirmou que serão inaugurados 49 Centros de Referência em Crack e outras Drogas, os quais formarão 15 mil profissionais de saúde para o atendimento aos usuários.

O consumo de crack se expande em progressão geométrica. Por ser muito barato, é facilmente disseminado entre a população de baixa renda. Pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul indica que 72,5% da população em situação de rua de Porto Alegre usa a droga.

Mas o crack também ganha adeptos em outros extratos sociais. Uma pesquisa feita em 2009 pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo indicou um crescimento anual de quase 140% no consumo entre pessoas com renda superior a 20 salários mínimos.

Os economicamente desfavorecidos embarcam nessa viagem por não terem condições sociais, materiais e psicológicas de enfrentar as adversidades da vida.

Os demais veem nas drogas uma possibilidade de fugir dos problemas inerentes à condição humana. Buscam o prazer aqui e agora, ilimitadamente. Por caminhos diferentes, uns e outros entram no submundo da criminalidade, destruindo vidas, sonhos e esperanças.

Aterrorizar os jovens com a desculpa de informá-los sobre os perigos das drogas não os afasta delas. Estudos mostram que mais de 90% dos usuários adolescentes conhecem os efeitos e os riscos.

Para prevenir, é fundamental o acesso à educação plena, aos esportes e ao lazer, além de mais e melhores condições de trabalho no futuro. Cabe aos pais dar aos jovens a oportunidade de desenvolver a autoestima, de construir projetos de vida e de estabelecer a percepção de que cada um é responsável pelas suas escolhas e, portanto, pelo próprio destino.

Os jovens necessitam de um tema para viver. Os governos e a sociedade têm a imensa tarefa de tratar aqueles que já estão sob o domínio do vício, reintegrando-os ao convívio social.

Prevenir o uso de drogas significa educar e conscientizar. Para cuidar dos jovens viciados, que se tornam

verdadeiros farrapos humanos, temos de aliar políticas públicas efetivas a cuidados especiais.

Fazê-los encontrar um sentido para suas vidas vai além da ação pública; é um ato de amor ao próximo. E isso requer "engenho e arte", como dizia Camões. Ou, nas palavras do psicanalista Erich Fromm, "o amor é uma arte que requer conhecimento e esforço". Esse é o nosso desafio!

GABRIEL CHALITA, professor, doutor em filosofia do direito e em comunicação e semiótica, é deputado federal (PSB-SP). Foi secretário de Estado da Educação de São Paulo (2003-2006).

O preconceito contra o obeso (ALFREDO HALPERN)

PACIENTES COM DIABETES melito e hipertensão arterial terão direito a receber alguns remédios de graça no Brasil. Sem dúvida nenhuma, isso representa um grande avanço na política de saúde do nosso país. Coisa de Primeiro Mundo!

Mas, ao mesmo tempo, a nossa Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) convoca uma consulta pública para, segundo ela, proibir a comercialização de medicamentos contra a obesidade que funcionam diminuindo o apetite.

Qual é a conexão entre as duas notícias? Simplesmente que o grande fator para hipertensão arterial e diabetes melito é o excesso de peso: mais de 80% dos hipertensos e mais de 90% dos indivíduos com diabetes do tipo 2, aquele que em geral aparece na idade adulta, e que como regra não necessita de insulina, têm excesso de peso.

A que se deve essa incoerência entre prestigiar os remédios contra as consequências (hipertensão e diabetes melito) e condenar os remédios que combatem as causas? Basicamente, a meu ver, é o preconceito contra os obesos, contra os remédios que podem tratá-los e contra os médicos que os tratam.

Venho convivendo com pacientes com excesso de peso há mais de 40 anos. Quando me formei, em 1966, não tinha tido uma única aula sobre obesidade. Só na década de 80 foi que, tendo ficando óbvio que o crescimento da obesidade vinha atingindo proporções epidêmicas, o mundo científico passou a atentar para a doença. Doença, sim!

Doença nas causas, pois é muito mais que falta de força de vontade, desleixo, falta de autoestima, etc., e sim resultado de vários fatores, desde alterações químicas no cérebro a defeitos no metabolismo energético, além de ser também causa de outras doenças (enumerá-las preencheria todo o texto...).

Não houve consideração com a sibutramina, medicamento usado há cerca de 15 anos, bastante útil em aproximadamente 50% dos casos e contraindicada para cerca de 10% dos pacientes obesos (portadores de hipertensão arterial não controlada, arritmia cardíaca, problemas coronarianos ou com história anterior de derrame cerebral. Tudo está na bula do remédio!).

O medicamento foi afastado do mercado na Europa e nos EUA. E, repito, para a maioria das pessoas, inclusive as que participam das agências reguladoras, a obesidade não é doença, é quadro psiquiátrico, não precisa de medicamentos e o problema é resolvido simplesmente com dieta e atividade física. Pura falácia!

No Hospital das Clínicas, onde contamos com um ambulatório pioneiro na América Latina, e no qual foram ou vêm sendo atendidos cerca de 10 mil pacientes, 90% deles tomam remédios. No geral, têm melhora acentuada de quadros.

Para qualquer doença, de qualquer especialidade, a tolerância com os remédios é muito maior. Por quê? Porque essas doenças são consideradas importantes. E obesidade, para boa parte das agências reguladoras, não é. Ou é, mas não necessita de medicamentos.

Enfim, militando há anos nessa área, sinto-me seguro em dizer que o obeso é discriminado e vítima de preconceitos, e que isso tem que mudar. Espero que o movimento intenso que todas as sociedades médicas vêm fazendo contra essa tentativa de abolição da sibutramina e dos anfetamínicos seja passo importante para essa mudança!

ALFREDO HALPERN é professor livre-docente de endocrinologia da Faculdade de Medicina da USP.